

Filosofia Antiga e Medieval

Arnaldo Mayr

1. Apresentação

Este trabalho constitui um desafio muito grande: compreender o papel da filosofia e suas representações ao longo da história ocidental para a formação de educadores. Mas será que a filosofia pode contribuir efetivamente nesta tarefa ou será apenas mais um dos muitos caprichos gerados com a fragmentação do conhecimento produzido e transmitido na e pela escola?

Primeiramente precisamos considerar que temos diante de nós toda uma trajetória de 2500 anos. O distanciamento do tempo nos permite uma avaliação mais detalhada a ponto de podermos dizer que esta ou aquela explicação foram parciais ou equivocadas. Muitas vezes, aqueles que estão envolvidos não conseguem desfrutar desta perspectiva privilegiada de que dispomos.

Outro aspecto que entendo ser oportuno colocar aqui é o fato de que o objeto principal de que nos ocuparemos é o homem – poderíamos dizer então que a filosofia é uma grande antropologia – mas queremos abordar o humano sempre tendo em vistas os processos educacionais (formais ou informais) nos quais o homem se insere. O “conhece-te a ti mesmo” socrático continua sendo um apelo válido. O encontro com aquilo que há de mais constitutivo de nós mesmos pode ser um momento importante de crescimento e reflexão.

Usaremos como método de trabalho o levantamento das soluções apresentadas historicamente. Mas não queremos fazer um curso de História da Filosofia. Queremos sim, apontar os contextos nos quais os pensamentos se desenvolveram e tentar apreender dali a concepção de homem e mundo decorrente. Mais ainda, compreender como esta elaboração teórica materializou-se na *práxis* efetiva dos homens.

Muitas vezes estaremos falando de alma, ética, política, conhecimento, transcendência e cultura. Mas o que isto tem a ver com um curso de filosofia para educadores? Entendemos que tem tudo a ver. Isto faz sentido porque entendemos que o homem não existe apenas enquanto objeto da ciência, dotado de uma materialidade fixa e passível de mensuração. Mas o homem se manifesta nas suas extensões, em todo o mundo significativo que é capaz de construir. Numa relação dialógica com este mundo pois, o homem o interpela e é interpelado por ele, é que o homem vai se constituindo.

A nossa preocupação é compreender este homem – não seria melhor tratá-lo sempre no plural? – em todas as dimensões onde ele atua. É nesta inserção no mundo, datada no tempo e espaço (histórica se preferirem) que o homem atua e se faz. É este homem plural que queremos compreender e, por extensão, compreender a nós mesmos.

Uma última ressalva diz respeito ao modelo de abordagem que empregaremos. Recusaremos a distância, a frieza, a segurança do pesquisador que não quer se contaminar com o pesquisado. Pelo contrário, entraremos por inteiro, considerando nossas experiências, nossos valores e nossa visão de mundo. Mas não sem crítica ou por mera tentativa de reafirmarmos o nosso mundo como o concebemos. Mas queremos colocar em risco nossa maneira de interpretar o mundo a fim de que possamos nos tornar melhores.

Ao longo de todas as unidades você pode sentir a necessidade de ampliar suas fontes de pesquisa. Para tanto, disponibilizo os endereços onde você pode encontrar três sugestões de obras que tratam de temas de filosofia. Tenha-os sempre à mão para eventuais consultas.

Três fontes de pesquisa

Você pode baixar três arquivos que podem auxiliá-lo na contextualização dos períodos e pensadores abordados aqui. São eles:

Enciclopédia de Filosofia

<http://asmayr.pro.br/hybris/node/32>

Convite à Filosofia, de Marilena Chauí

<http://asmayr.pro.br/hybris/node/31>

Uma História da Filosofia Ocidental, de D. W. Hamlyn

<http://asmayr.pro.br/hybris/node/30>

Para aqueles que ainda não compreendem bem uma aplicação prática ou utilidade para a filosofia, transcrevo aqui uma fala da filósofa Marilena Chauí que deve ser lembrada durante nosso curso. Diz ela:

Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes. (Chauí, 2000)

Na obra *O Existencialismo é um humanismo* Sartre afirma que “O homem nada mais é do que uma série de empreendimentos”. Convido a todos a realizar mais este empreendimento que deixará marcas profundas naqueles que se permitirem entregar.

Bom trabalho!

Arnaldo Mayr

Sumário

1. Apresentação.....	2
2. O surgimento da filosofia.....	5
2.1 Para que serve a filosofia?.....	6
2.2 O pensamento mítico.....	14
3. A lógica.....	16
3.1 Proposições.....	18
3.2 Premissas.....	19
3.3 Argumentos.....	20
3.4 Inferências Imediatas.....	22
3.5 Inferências Mediatas.....	22
3.6 Estrutura do silogismo.....	23
3.7 Validade e verdade.....	26
4. A filosofia na Grécia Antiga.....	27
4.1 Os pré-socráticos ou cosmológicos.....	27
4.2 Platão.....	38
4.3 Aristóteles.....	43
4.4 Os epicuristas e estoicistas.....	49
5. A patrística e a escolástica	53
6. O renascimento e o início da modernidade.....	63
6.1 Nicolau Maquiavel.....	67
7. Referências Bibliográficas.....	70
8. Anexos.....	72
8.1 Linha do tempo: Período, Temas e Pensadores.....	72

2. O surgimento da filosofia

Logo na aurora da filosofia os primeiros pensadores se deram conta da imensidão do universo que os rodeava e começaram a explorar este mundo de forma insistente e frenética. Os cosmológicos – também denominados pré-socráticos – em breve perceberam que sua busca dos princípios primeiros só fazia sentido se eles pudessem demonstrar, com clareza e exatidão, a realidade que estudavam.

O surgimento da polis grega e a crescente atividade político-social trouxeram a questão para mais perto do cotidiano humano. Os sofistas primeiramente e depois os três grandes – Sócrates, Platão e Aristóteles – empreenderam muitos esforços na direção de compreender a essência do homem. Sócrates, considerado o fundador da antropologia, tem seu mérito justamente pelo fato de colocar a questão antropológica a partir de um conhecimento de si próprio: “Conhece-te a ti mesmo”. As questões referentes à vida pública e as formas de conhecimento foram a tônica desta fase.

O período medieval continuou esta empreitada só que a partir de outro prisma. O teológico constituiu-se na mediação através da qual o humano era desvendado. A questão antropológica, mesmo que de forma velada, ainda era o elemento trator das pesquisas deste período. O grande problema era compreender as relações entre o divino e o humano.

Com o advento da modernidade e o movimento renascentista o problema antropológico passou a ser explícito. O homem constituiu-se em objeto maior de todos os esforços de pensamento. Aliado a isto temos uma mudança metodológica importante que dará uma guinada nos rumos da discussão que era travada até então. A modernidade irrompe-se justamente pela marca do antropológico que carregará e a grande preocupação em estabelecer um método válido para as pesquisas científicas.

A filosofia atinge seu auge com o iluminismo e tem no séc. XIX seu apogeu. Os ideais das revoluções francesa e industrial estavam consolidando-se e o mundo, mais do que nunca, tomava o homem como centro de forma inequívoca. Mas era uma perspectiva assentada na amplificação da razão humana e suas possibilidades. Abusca incessante pelo racional e científico marca de maneira muito forte estas abordagens.

A crítica a essa pretensão da razão ilimitada teve lugar a partir da quebra de paradigmas empreendida pelos três grandes mestres da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud. Os pilares da reflexão filosófica foram duramente solapados e outro universo de dimensões inimagináveis se descortinou. A consciência ganhou novos contornos, as relações sociais ganharam relevância na constituição da representação do sujeito de mundo e a racionalidade foi confrontada com o homem dionisíaco passional.

A contemporaneidade ainda está digerindo esta ruptura proposta ao final do séc. XIX. O

cenário do pós-guerra e os avanços tecnológicos experimentado nos últimos 50 anos contribuíram ainda mais para suspender qualquer pretensão de constituição do humano. A ciência e a suposta racionalidade está em xeque. Todo este sentimento de angústia e perplexidade é traduzido pelo conceito etéreo de *pós-modernidade*.

O que está em pauta hoje é repensar toda esta trajetória já empreendida, explicitando seus limites e apontando novos horizontes. Esta tarefa está apenas começando e as perspectivas são proporcionais às facetas que podemos vislumbrar no humano.

Fizemos este voo panorâmico pela história do pensamento para não perdermos de vista o plano de fundo no qual as reflexões filosóficas se inserem. Mas será que podemos conferir à filosofia uma utilidade? Ou será que a filosofia não passa de uma erudição requintada? Para responder a esta questão vamos conferir dois textos que tratam deste problema.

2.1 Para que serve a filosofia?

Texto 1 - Para que serve a filosofia?

Por Simon Blackburn, Universidade de Cambridge

O texto é originalmente em português(PT). Algumas partes foram propositadamente suprimidas por questões didáticas. O original encontra-se no endereço:

www.criticanarede.com/fa_10excerto.html e também em <http://asmayr.pro.br/hybris/node/52>

Está tudo muito bem, mas será que vale a pena preocuparmo-nos? Qual é o interesse? A reflexão não põe o mundo a funcionar. Não coze o pão nem põe os aviões no ar. Por que razão não havemos de pôr as perguntas reflexivas de lado, e passar às outras coisas? Irei esboçar três tipos de respostas: a elevada, a intermédia e a chã.

A resposta elevada põe em questão a pergunta - uma estratégia filosófica típica, pois implica subir um grau na ordem da reflexão. Que queremos dizer quando perguntamos para que serve? A reflexão não coze o pão, mas também a arquitectura não o faz, nem a música, a arte, a história ou a literatura. Acontece apenas que queremos compreender-nos. Queremos isto pelo seu valor intrínseco, tal como os especialistas em ciências ou matemáticas puras podem querer compreender o princípio do universo, ou a teoria dos conjuntos, pelo seu valor intrínseco, ou como um músico pode querer resolver alguns problemas na harmonia ou no contraponto pelo seu valor intrínseco. São coisas que não se fazem em função de aplicações práticas. Grande parte da vida trata-se de facto de criar gado para poder comprar mais terra, para poder criar mais gado, para poder comprar

mais terra. Os momentos em que nos libertamos disso, seja para fazer matemática ou música, para ler Platão ou Eça de Queirós, devem ser acarinhados. São momentos em que desenvolvemos a nossa saúde mental. E a nossa saúde mental é boa em si, como a nossa saúde física. Além disso, há no fim de contas uma recompensa em termos de prazer. Quando temos saúde física, o exercício físico dá-nos prazer, e quando temos saúde mental, o exercício mental dá-nos prazer.

Esta é uma resposta purista. Esta resposta não está errada, mas tem um problema. Acontece que provavelmente só consegue ser atraente para as pessoas que já estão parcialmente convencidas - pessoas que não fizeram a pergunta original num tom de voz muito agressivo.

Por isso, eis uma resposta intermédia. A reflexão é importante porque está na continuidade com a prática. O modo como pensamos sobre o que estamos a fazer afecta o modo como o fazemos, ou até mesmo se o chegamos a fazer; pode conduzir a nossa investigação, ou a nossa atitude relativamente a pessoas que fazem as coisas de modo diferente, ou até toda a nossa vida. Tomemos um exemplo simples: se as nossas reflexões nos levarem a acreditar na vida depois da morte, podemos estar preparados para enfrentar perseguições que não enfrentaríamos se nos convencêssemos - como muitos filósofos - de que a noção não faz sentido. O fatalismo, ou a ideia de que o futuro está determinado, seja o que for que façamos, é uma convicção puramente filosófica - mas é uma convicção que tem o poder de paralisar a acção. Em termos mais políticos, pode também exprimir a aceitação do baixo estatuto social atribuído a alguns segmentos da população, o que pode ser reconfortante para pessoas que, pertencendo aos estatutos mais elevados, encorajam essa aceitação.

Quando parece que nos preocupamos com os outros, isso apenas disfarça a nossa esperança num benefício futuro para nós mesmos. O paradigma principal nas ciências sociais é o *homo economicus* - o homem econômico. O homem econômico toma conta de si, numa luta competitiva com os outros. Ora, se as pessoas pensarem que somos todos assim, sempre, as suas relações com os outros transformam-se; pois terão menos confiança nos outros, serão menos cooperativos e mais desconfiados. Isto muda o modo como interagem com os outros, o que acarreta vários custos. Irão descobrir que é difícil, e por vezes impossível, manter actividades cooperativas: podem ficar encurralados naquilo a que o filósofo Thomas Hobbes (1588-1676) chamou "a guerra de todos contra todos". Na vida real, essas pessoas terão um alto custo a pagar, pois estão sempre a pensar que estão a ser enganadas. Mas tudo isto pode estar baseado num erro filosófico, que consiste em olhar para a motivação humana através de um conjunto de categorias erradas, compreendendo portanto de forma errada a sua natureza. Talvez as pessoas possam importar-se umas com as outras, ou talvez possam pelo menos preocupar-se em cumprir a sua parte e em manter as suas promessas. Se tivermos uma imagem mais optimista, talvez as pessoas possam viver de acordo com essa imagem. Talvez as suas

vidas melhorem. Assim, pensar um pouco, encontrar as categorias certas para compreender a motivação humana, é uma tarefa prática importante. Não é algo que esteja confinado ao escritório; pelo contrário, é algo que extravasa o escritório.

Eis um exemplo muito diferente. Einstein percebeu que os resultados das nossas medições iriam depender da direcção em que estamos a viajar relativamente aos acontecimentos que estamos a cronometrar. Isto conduziu à teoria da relatividade e o próprio Einstein reconheceu a importância dos filósofos que o precederam, ao sensibilizarem-no para as complexidades epistemológicas de tais medições.

Assim, a resposta intermédia chama-nos a atenção para o facto de a reflexão estar na continuidade com a prática, podendo a nossa prática ser melhor ou pior de acordo com o valor das nossas reflexões. Um sistema de pensamento é algo em que vivemos, tal como uma casa, e se a nossa casa intelectual estiver fechada e for limitada, precisamos de ver que outras estruturas melhores serão possíveis.

A resposta chã limita-se a sublinhar um pouco este aspecto, não relativamente a belas disciplinas graciosas como a economia e a física, mas relativamente ao piso térreo onde a vida humana é um pouco menos elegante. Uma das séries de sátiras gravadas pelo pintor espanhol Goya tem por título "O Sono da Razão Produz Monstros". Goya pensava que muitas das loucuras da humanidade resultavam do "sono da razão". Há sempre pessoas prontas a dizer-nos o que queremos, a explicar-nos como nos vão dar essas coisas e a mostrar-nos no que devemos acreditar. As convicções são contagiosas, e é possível convencer as pessoas de praticamente tudo. Geralmente, estamos dispostos a pensar que os nossos hábitos, as nossas convicções, a nossa religião e os nossos políticos são melhores do que os deles, ou que os nossos direitos dados por Deus anulam os direitos deles, ou que os nossos interesses exigem ataques defensivos ou dissuasivos contra eles. Em última análise, trata-se de ideias que fazem as pessoas matarem-se umas às outras. é por causa de ideias sobre o que os outros são, ou quem somos, ou o que os nossos interesses ou direitos exigem que fazemos guerras ou oprimimos os outros de consciência tranquila, ou até aceitamos por vezes ser oprimidos. Quando estas convicções implicam o sono da razão, o despertar crítico é o antídoto. A reflexão permite-nos recuar, ver que talvez a nossa perspectiva sobre uma dada situação esteja distorcida ou seja cega, ou pelo menos ver se há argumentos a favor dos nossos hábitos, ou se é tudo meramente subjectivo. Fazer isto bem é pôr em prática mais alguma engenharia conceptual.

A reflexão pode ser encarada como uma coisa perigosa, visto que não podemos saber à partida onde nos conduzirá. Há sempre pensamentos que se opõem à reflexão. As questões filosóficas fazem muitas pessoas sentirem-se desconfortáveis, ou mesmo ultrajadas. Algumas têm medo que as suas ideias possam não resistir tão bem como elas gostariam se começarem a pensar sobre elas. Outras podem querer basear-se nas "políticas da identidade" ou, por outras palavras, no tipo de identificação com uma

tradição, grupo ou identidades nacionais ou étnicas particulares que os convida a voltar as costas a estranhos que coloquem em causa os hábitos do grupo. Essas pessoas irão minimizar a crítica: os seus valores são "incomensuráveis" relativamente aos valores dos estranhos. Só os irmãos e irmãs do seu círculo podem compreendê-las. Algumas pessoas gostam de se refugiar num círculo espesso, confortável e tradicional de tradições populares, sem se preocuparem muito com a sua estrutura, as suas origens, ou mesmo com as críticas que possam merecer. A reflexão abre a avenida da crítica, e as tradições populares podem não gostar da crítica. Neste sentido, as ideologias tornam-se círculos fechados, prontas a sentirem-se ultrajadas pelo espírito interrogante.

Nos últimos 2 mil anos, a tradição filosófica tem sido a inimiga deste tipo de complacência confortável. Tem insistido na ideia de que uma vida não examinada não vale a pena ser vivida. Tem insistido no poder da reflexão racional para descobrir o que há de errado nas nossas práticas, e para as substituir por práticas melhores. Tem identificado a auto-reflexão crítica com a liberdade - e a ideia é que só quando nos conseguimos ver a nós mesmos de forma adequada podemos controlar a direcção em que desejamos caminhar. Só quando conseguimos ver a nossa situação de forma estável e a vemos na sua totalidade podemos começar a pensar no que fazer a seu respeito. Marx disse que os filósofos anteriores tinham procurado compreender o mundo, ao passo que o que era preciso era mudá-lo -teria sido melhor que Marx tivesse acrescentado que sem compreender o mundo, pouco saberemos em termos de como o mudar - pelo menos para melhor.

Há correntes académicas no nosso tempo que são contra estas ideias. Há pessoas que questionam a própria noção de verdade, de razão, ou a possibilidade da reflexão desapassionada. Na sua maior parte, fazem má filosofia, muitas vezes sem saberem que é isso que estão a fazer: São engenheiros conceptuais que não conseguem desenhar um plano, quando mais conceber uma estrutura.

O mote completo de Goya para a sua gravura é o seguinte: "A imaginação abandonada pela razão produz monstros impossíveis; unida a ela, é a mãe das artes e a fonte dos seus encantos". é assim que devemos encarar as coisas.

* * *

Texto 2 - O que é a filosofia?

Por John Shand, Open University

O texto original encontra-se no endereço: <http://criticanarede.com/oqefilosofia.html>. Ele é mais amplo que o recorte que fizemos e aborda outras questões que não nos interessam diretamente. Quem quiser pode conferi-lo na íntegra.

A filosofia é uma grande aventura intelectual, ao mesmo tempo que o seu objecto de discussão é uma das coisas mais importantes que podemos fazer com as nossas vidas.

Há uma anedota recorrente entre muitos filósofos profissionais, que envolve um deles a ser encurralado durante uma festa por alguém que ao saber que se trata de um filósofo lhe pergunta: "Bom, o que é então a filosofia?" A piada reflecte na verdade o desconforto de muitos filósofos e a desconfortante consciência de não serem capazes de dar uma resposta directa e clara. Muitos filósofos recorrem ao método de responder por listas, explicando que a filosofia é acerca de "questões fundamentais" como "a verdade", "o que se pode conhecer?", "qual a natureza de uma boa acção?", "qual a natureza da mente e a sua relação com o corpo?". A outra maneira de lidar com a questão é algo evasiva e envolve afirmar o menos possível, algo como: "Bom, a melhor maneira de compreender o que é a filosofia é fazê-la." É provável que ambas as respostas, embora tendo um fundo de verdade, deixem os interlocutores perplexos, e com razão, insatisfeitos e com vontade de se afastarem para ir buscar outra bebida — para grande alívio do filósofo.

Penso que cabe aos filósofos lidar frontalmente com esta questão. Afinal, somos pagos para isso. A minha resposta imediata, que mais tarde terá de ser ligeiramente aperfeiçoada, a esta questão é a seguinte:

A filosofia é o que acontece quando se começa a pensar pela própria cabeça.

Pode-se acrescentar um pouco mais. Assim que nos libertamos dos hábitos das crenças recebidas, as que por acaso se adquiriu mesmo acerca de questões básicas, e começamos realmente a pensar acerca daquilo em que devemos acreditar, à luz da razão (argumentos) e indícios, começamos a fazer filosofia. A "tradição" de se apoiar antes em "autoridades" e "textos sagrados" é o estado normal das coisas e não a excepção na história — para muitos é ainda a maneira natural de viver. Além disso, pensar por si próprio não é algo que se leve a cabo facilmente por mero capricho, mas antes algo que é preciso reforçar como a um músculo, através de bons hábitos mentais. A filosofia é um modo de vida, que se constrói ao longo dos anos; o pensamento filosófico é um estado de espírito que se torna parte da própria natureza de uma pessoa.

É comum encarar-se a filosofia como um luxo imprático, desnecessário. Uma futilidade, lúdica na melhor das hipóteses, que se acrescenta à vida depois de se ter tratado das coisas práticas. Mas isto é um erro.

Longe de ser desnecessária, a filosofia é inevitável a partir do momento em que as pessoas deixam de tomar por adquirido as crenças que receberam e, ao invés, começam a pensar nelas com cuidado, autonomamente. A glória da filosofia — e seguramente um dos aspectos imediatamente interessantes para os que se sentem atraídos por ela — é nada estar interdito, nem mesmo o valor da razão, ou, na verdade (embora isto possa parecer paradoxal), o próprio estatuto da filosofia. Não há restrições. Só algo como argumentação e a discussão sem limites parece constante. É uma liberdade maravilhosa. Ou somos escravos das crenças que por acaso adquirimos através das circunstâncias

contingentes da maneira como fomos educados e do lugar em que o fomos, ou somos até certo ponto filósofos. A filosofia é o bastião do pensamento livre e da exploração de ideias, acima de tudo.

A filosofia por vezes trata a questão da maneira como devemos viver. Pode-se argumentar que a própria adopção de uma atitude filosófica é exactamente o modo como se deve viver — tudo o resto é submissão crédula. Claro que se trata de uma questão de grau, mas na maioria dos casos é um bilhete de ida para a liberdade de pensamento: depois de o experimentar ninguém quer regressar à escravidão novamente.

Seria errado pensar que a filosofia nos deixa constantemente num estado de dúvida vaga. Aceita-se as próprias crenças com base nos melhores argumentos. Mas deixa-se a porta entreaberta à discussão suplementar. Na verdade são os que adoptam as suas crenças como actos de vontade e fé que se apoiam em terreno instável, onde podem ser derrubados por acaso, com as consequências dolorosas da desilusão, do vazio e da perda. O resultado pode ser catastrófico porque caem, se o fazem, de uma altura tal e de um lugar onde se julgavam absolutamente seguros. Depois disso, o quê? A filosofia não sonha tão alto. Está também preparada para viver corajosamente com isso. Apesar de mudarmos de crenças à luz de novos argumentos, podemos assegurar-nos que, da última vez que defendemos uma perspectiva, fizemos o melhor para chegar realmente ao fundo da questão. A filosofia não gera a dúvida vazia nem uma certeza inalcançável.

Como modo de vida, a filosofia e o pensamento filosófico não prometem a felicidade, mas penso que realçam o que há de melhor nos seres humanos. A filosofia dá corpo àquilo que há de mais nobre na nossa espécie.

A casa que os filósofos construíram

A filosofia assemelha-se muito a uma casa que se constrói sobre estacas num rio. Nessa casa podemos fazer todo o género de coisas — construir coisas, movê-las de um lado para o outro — mas estamos sempre cientes de que a estrutura é suportada por pilares assentes em algo potencialmente e, amiúde, realmente inconstante. A filosofia desce repetidamente para ver como estão as coisas perto da base dos pilares e na verdade inspecciona os próprios pilares. As coisas podem precisar de mudança lá em baixo. Para os filósofos isto não é apenas a natureza da filosofia mas a condição intelectual genuína da humanidade. É a filosofia que presta uma atenção detalhada a essa condição e a leva a sério. Isto em vez de a ignorar ou resolvê-la de um modo sófístico.

* * *

Depois desta primeira aproximação que fizemos acerca da filosofia podemos nos debruçar sobre o surgimento — se é que podemos dizer que a filosofia “surgiu” — e constituição da filosofia tal qual a concebemos hoje.

Os historiadores e estudiosos da história da filosofia apontam a Grécia e suas inúmeras penínsulas no século VII a.C. como sendo o berço da filosofia. Isto porque, naquele

momento histórico e naquele espaço determinado, encontravam-se condições para que a filosofia se consolidasse. Mas quais eram estas condições específicas?

A filósofa Marilena Chauí (2000) estabelece uma divisão importante acerca da história da Grécia. Afirma a este respeito:

A história da Grécia costuma ser dividida pelos historiadores em quatro grandes fases ou épocas:

1. a da Grécia homérica, correspondente aos 400 anos narrados pelo poeta Homero, em seus dois grandes poemas, *Ilíada* e *Odisseia*;
2. a da Grécia arcaica ou dos sete sábios, do século VII ao século V antes de Cristo, quando os gregos criam cidades como Atenas, Esparta, Tebas, Megara, Samos, etc., e predomina a economia urbana, baseada no artesanato e no comércio;
3. a da Grécia clássica, nos séculos V e IV antes de Cristo, quando a democracia se desenvolve, a vida intelectual e artística entra no apogeu e Atenas domina a Grécia com seu império comercial e militar;
4. e, finalmente, a época helenística, a partir do final do século IV antes de Cristo, quando a Grécia passa para o poderio do império de Alexandre da Macedônia, e, depois, para as mãos do Império Romano, terminando a história de sua existência independente. (CHAUÍ, 2000)

A história do pensamento grego, no formato que entendemos hoje por filosofia – pensamento radical, de conjunto e sistematizado, com método próprio e objeto definido – ocorreu a partir do estabelecimento da polis grega. Nos períodos anteriores não encontramos esta formulação. Mas quando do grande desenvolvimento das cidades gregas, com a vida político-social em franca ascensão, um desenvolvimento cultural experimentando como nunca antes, percebemos, de igual forma, o florescimento e consolidação do discurso filosófico que marcará para sempre a história do ocidente. Sobre a filosofia deste período afirma Chauí:

Os quatro grandes períodos da Filosofia grega, nos quais seu conteúdo muda e se enriquece, são:

1. Período pré-socrático ou cosmológico, do final do século VII ao final do século V a.C., quando a Filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na Natureza.
2. Período socrático ou antropológico, do final do século V e todo o século IV a.C., quando a Filosofia investiga as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas (em grego, *ântropos* quer dizer homem; por isso o período recebeu o nome de antropológico).
3. Período sistemático, do final do século IV ao final do século III a.C., quando a Filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, interessando-se sobretudo em mostrar que tudo pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da

verdade e da ciência.

4. Período helenístico ou greco-romano, do final do século III a.C. até o século VI depois de Cristo. Nesse longo período, que já alcança Roma e o pensamento dos primeiros Padres da Igreja, a Filosofia se ocupa sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a Natureza e de ambos com Deus (CHAUÍ, 2000)

Quer conhecer um site muito interessante sobre a Grécia Clássica?

Grécia Antiga. Inclui artes, mitologia e filosofia. O organizador é Wilson Alves Ribeiro Jr. e o site possui muito conteúdo de forma bastante didática. Tem imagens, e fontes do grego antigo para downloads. Vale conferir! Acesse <http://warj.med.br/>

Se estabelecermos uma relação entre os períodos históricos e os períodos filosóficos veremos que são interdependentes. Condições históricas geram pensamentos específicos, ao mesmo tempo em que, determinados pensamentos organizam determinados momentos históricos influenciando todo um processo de organização sócio-política-econômica e cultural.

Relações entre o contexto e a ideia

Observando mais atentamente o período medieval podemos dizer que as organizações (igrejas, espaços públicos, escolas, estado) influenciaram a forma de pensar ou foram as ideias disseminadas por padres, artistas e intelectuais que determinaram as representações de homem e mundo que deram as marcas do período medieval.

Você percebe que há uma relação de mão dupla entre o contexto e a ideia veiculada em um mesmo contexto?

No caso da Grécia antiga não foi diferente. Os problemas enfrentados, as soluções propostas, a forma de compreender e interpretar o mundo, o conhecimento e patrimônio cultural disponível, são apenas alguns dos elementos que irão propiciar o surgimento de uma nova forma de racionalidade até então inédita. Se recuarmos no tempo podemos identificar uma grande contaminação entre o discurso religioso, poético e mágico acerca dos acontecimentos que ocorriam à volta do homem. As explicações acerca da infelicidade, tristeza, morte, glórias, sucessos, colheitas abundantes, doenças, pragas – e tantos outros eventos cotidianos – sempre encontrava uma explicação em fontes religiosas e míticas. “Vontade dos deuses”, favorecimento/desfavorecimento das “forças

ocultas”, irritação da divindade, “punição dos deuses” e tantas outras explicações. Estas construções eram providas de uma certa racionalidade capaz de circunscrever homens, natureza e deuses em um mesmo ambiente, com papéis próprios e relações específicas.

Hoje temos uma racionalidade diferente que valoriza mais os elementos de caráter pragmático, testável, científico e mensurável e que recusa, por princípio, esta contaminação entre o religioso e o empírico.¹ Neste momento é oportuno estabelecermos uma caracterização acerca do pensamento de mítico para que possamos delinear o cenário no qual o pensamento filosófico se erigiu.

2.2 O pensamento mítico

As narrativas míticas remontam a tempos muito remotos. Basicamente mantidas a partir de práticas de oralidade estas narrativas ocupam um papel chave no início das civilizações. Retratam, quase sempre, personagens centrais que encarnam uma forma de agir e pensar que deve ser tomada como modelo para os outros homens. Podemos dizer que o pensamento mítico representa uma forma do ser humano situar-se no mundo, ocupar seu lugar entre os demais, sejam eles outros homens, deuses e elementos da natureza. O pensamento mítico é caracterizado pelo fantástico, ingênuo, anterior a toda reflexão crítica, determinando sua conduta e os valores que nortearão o conjunto de suas ações. Desta forma, epistemologicamente ele constrói-se a partir de verdades intuídas, não necessitando de provas para ser aceito, sendo então dogmático, e por isso, não pode ser provado e nem refutado. Baseado na fé e crença. O desejo de "entender" o mundo para afugentar o medo e a insegurança exige uma cumplicidade para com os outros elementos. Agradando às forças sobrenaturais, receberá os favores dos deuses. Da mesma forma, o desagrado ou hostilidade aos deuses e à própria natureza resultará em desgraça e situações adversas. Esta dinâmica faz com que o pensamento mítico associe-se à magia. A magia nada mais é que uma forma de realizar o mito mediante uma série de rituais que fazem com que o mito torne-se ação. Desta forma, os rituais de nascimento, morte, colheita, prosperidade, expiação, passagem, ganham importância nas atividades cotidianas da comunidade.

Desdobrando para o plano social podemos apontar como funções do mito permitir uma maior acomodação social, tranquilidade frente ao mundo hostil, e estabelecimento de padrões de conduta com caráter moral. No plano social sua importância é bem visível, e podemos dizer que o mito é uma primeira fala sobre a realidade, um atribuir sentido ao mundo, sobre o qual a afetividade e a imaginação exercem grande papel, e cuja função principal não é explicar a realidade, mas acomodar o homem ao mundo. Neste processo o

1 Empírico: do Gr. *empirikós*, experimental. relativo ao empirismo; que se guia, se fundamenta apenas na experiência; que é dado pela experiência, excluindo qualquer teoria própria para ligar os resultados das experiências. Fonte: PRIBERAN. DICIONÁRIO de Português. Portugal: Priberan, s.d.. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>

grupo é anterior ao indivíduo, é na coletividade que o indivíduo encontra sua identidade. Por extensão, a consciência não é individual, mas coletiva. O eu – como construção da modernidade – não existe.

Esta forma de entendimento do mundo funciona como um padrão sendo presente nas mais diferentes culturas, embora os elementos de que se servem sejam diferentes. Mas, veremos a seguir, que a filosofia trilhou um outro caminho distanciando-se paulatinamente das explicações míticas. Não podemos precisar quando a busca incessante pelas explicações mediante o uso da razão tomaram lugar no cenário grego, mas não podemos negar que impregnaram de uma tal forma a filosofia que não conseguimos pensar esta última sem a primeira. Vejamos como esta racionalidade tomou forma.

3. A lógica

As primeiras elaborações dos filósofos gregos se recusaram, por princípio, explicar o mundo a partir dos elementos míticos. Gramática, retórica, matemática, astronomia, geometria e outras “ciências” já faziam parte do cotidiano dos intelectuais gregos. Vale lembrar que os intelectuais – homens livres – eram aqueles que, obrigatoriamente, possuíam tempo livre para dedicarem-se às artes. Os debates em praças públicas ou escolas acerca dos mais diferentes assuntos exigiam argumentos que tornassem os pontos de vista plausíveis, aceitáveis e, por isto mesmo, verdadeiros. As proposições e conclusões deveriam ser submetidos a verificação a fim de que pudessem ser consideradas razoáveis – como a própria palavra sugere, providas de razão. As tensões entre as explicações fundadas nos deuses e as fundadas na razão humana já estavam bem explícitas. Podemos constatar isto nas tragédias clássicas, onde as leis humanas e divinas estão todo o tempo em confronto. Os diálogos expunham estas tensões constantemente. O conflito estava instaurado de forma definitiva. Este momento é coincidente com o avanço da maturidade da pólis grega.

Neste contexto houve uma grande preocupação com a qualidade da linguagem pois, era através dela que o real seria representado e demonstrado. As relações entre pensamento e linguagem são muito próximas e sua dissociação torna-se impossível. Por este motivo temos um grande desenvolvimento da lógica que ocupou-se em estabelecer as regras a partir das quais a elaboração do pensamento poderia se desvencilhar dos erros e equívocos.

Antes de entrarmos propriamente em contato com os primeiros filósofos vamos compreender os princípios da lógica a fim de que nosso pensamento possa ser construído sobre bases seguras também.

Acredito que todos já ouviram expressões do tipo: “Isto não tem a mínima lógica” ou “este pensamento não é racional”. “Você está faltando com a verdade” ou ainda, vou dizer isto “a bem da verdade”. Estas são expressões corriqueiras e as usamos quase que de forma natural, sem pensar no seu conteúdo específico. Expressões mais específicas como verdade, validade, verificabilidade, premissa, conclusão, silogismo, decorre que, inferência, dedução e tantas outras são utilizadas de forma indistinta e às vezes até com sentido contraditório. A lógica vai ocupar-se justamente com os problemas que envolvem a formação e uso da linguagem nos processos de argumentação e raciocínio. Na prática vai buscar estabelecer quais os critérios para que um argumento possa ser considerado verdadeiro; verificar se um determinado raciocínio pode ser tomado como válido ou inválido; aferir se de um conjunto de afirmações verdadeiras podemos chegar a uma conclusão que não seja verdadeira e, portanto, falsa. Se pensarmos que a filosofia busca a todo instante produzir conhecimento e refutar determinadas argumentações, não

podemos fazer filosofia sem a lógica. Ou, dito de outra forma, não podemos fazer filosofia sem um mínimo de racionalidade. Uma das formas de garantir esta racionalidade é mediante o uso correto da linguagem. Mas não queremos confundir a lógica com a ortografia ou gramática. A lógica vai ocupar-se das estruturas sobre as quais construímos nosso pensamento. Daí o seu caráter instrumental. Ela tem como objeto o estudo da formulação dos raciocínios.

Como primeira aproximação vamos colocar dois exemplos para que vocês possamos observar mais de perto como a lógica trabalha:

Exemplo 1

Todos os homens são mortais.

Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Exemplo 2

Todos os cientistas são dedicados.

Einstein era dedicado.

Logo, Einstein era um cientista.

Exemplo 3

Os peixes vivem na lua.

O gato é um peixe.

Logo, o gato vive na lua.

Analisando os exemplos sob os critérios da lógica podemos fazer algumas afirmações acerca da estrutura e do próprio conteúdo mesmo dos argumentos apresentados aqui.

Sobre o primeiro exemplo podemos dizer que as duas proposições (“Todos os homens são mortais” e “Sócrates é homem”) que constituem a base para o argumento são verdadeiras e que a conclusão (“Logo, Sócrates é mortal”) é válida pois decorre das

premissas apresentadas, sendo também verdadeira.

Já o segundo exemplo apresenta as duas proposições e a conclusão de conteúdos verdadeiros (“Todos os cientistas são dedicados”, “Einstein era dedicado” e “Einstein era um cientista”) mas o argumento não é válido pois, a conclusão não decorre das premissas. Sabemos que os cientistas são dedicados, sabemos também que Einstein era dedicado e sabemos também que ele era cientista. Mas a conclusão “Einstein era um cientista” não pode ser obtida da relação entre as duas premissas. Se no lugar do elemento Einstein colocarmos Garrincha (aquele jogador de futebol que era também muito dedicado) fica claro que não podemos chegar a conclusão “Garrincha era cientista” pois esta conclusão não procede, não decorre, não pode ser retirada das relações entre as duas proposições “Todos os cientistas são dedicados” e “Garrincha era dedicado”. Além do que, o conteúdo “Garrincha era cientista” também não se mostra verdadeiro.

Já o terceiro exemplo é composto de três premissas falsas (“Os peixes vivem na lua”, “O gato é um peixe” e “Logo, o gato vive na lua”) mas a conclusão é retirada da relação entre as proposições. Temos aqui um exemplo de raciocínio válido mas de conteúdo falso.

Conteúdo e Forma

Observando mais atentamente estes exemplos percebemos que o uso de um argumento deve levar em conta o conteúdo e a forma. Podemos ter raciocínios válidos a partir de conteúdos falsos, conteúdos verdadeiros que conduzem a raciocínios inválidos, conteúdos falsos que geram raciocínios inválidos e conteúdos falsos que desdobram-se em argumentos válidos. Você já pensou que o ato de pensar e escrever o pensado não é tão simples como pode parecer?

Para que a lógica possa analisar o processo de construção dos argumentos ela procura estabelecer algumas regras que funcionam como garantias de um argumento válido. Para que isto seja possível precisamos conhecer alguns elementos básicos que fazem parte do raciocínio. Vejamos cada um deles.

3.1 Proposições

Chamamos de proposições às sentenças que afirmam ou negam uma determinada qualidade de um sujeito. “Todos os homens são mortais” é uma proposição pois atribuímos a qualidade *mortal* aos sujeitos *homens*. Podemos inclusive afirmar que é uma proposição de conteúdo verdadeiro na medida em que uma das características dos homens é a finitude expressa pela morte. Já a sentença “Garrincha é um cientista” é também uma proposição, mas de conteúdo falso, pois estamos atribuindo a qualidade *cientista* ao sujeito *Garrincha* o que está em desacordo com a realidade. As proposições apresentam uma estrutura básica composta de um sujeito e um predicado. As

proposições podem expressar também conteúdos que expressam desejos, intenções, preferências. Como exemplo de proposições deste tipo temos “Amanhã vai fazer sol”, “Quero trabalhar na educação infantil”, “Prefiro os filósofos existencialistas aos filósofos positivistas”.

A riqueza de uma língua permite a construção de uma série de proposições que expressam conteúdos bem complexos. Precisamos atentar aqui para a escolha do estilo literário a ser adotado na construção de um determinado raciocínio. Por isto é importante que o sentido das proposições seja bem demarcado, possua um conteúdo denotativo, quando tratamos de construir um raciocínio. Já o estilo poético constrói-se justamente na perspectiva oposta, ou seja, ele trabalha com a multiplicidade de sentidos, a polifonia. Se queremos demonstrar uma teoria ou sustentar uma argumentação devemos escolher um estilo mais fechado, hermético, que seja capaz de oferecer um sentido único, bem explícito e que não dê margens a segundas interpretações. Já o estilo poético presta-se a oferecer uma experiência catártica, avassaladora que orienta-se muito mais em direção à perspectiva afetiva do sujeito, encontrando eco na série de experiências peculiares de cada um que se defronta com a leitura. Neste caso, a quantidade de interpretações é muito grande e cada texto presta-se à múltiplas interpretações.

3.2 Premissas

As premissas constituem o conjunto de proposições que são utilizadas para compor um argumento. Elas representam a intencionalidade do pensador que escolhe, seleciona as proposições e seu encadeamento de forma a construir seu raciocínio. As premissas são pontos de partida sobre os quais os argumentos vão sendo construídos. A demonstração de que uma premissa é falsa acarreta na refutação do argumento. Quando demonstramos a presença de proposições falsas no corpo do argumento este perde a “força explicativa” que reclamava e exige nova formulação. As premissas podem ser proposições simples ou conclusões que foram derivadas de outras proposições. Uma conclusão pode exercer a função de uma proposição em uma cadeia lógica de raciocínio. O que define o seu papel – se é uma proposição ou conclusão – é o local e as relações que se estabelecem dentro da construção linguística que se presta a veicular uma teoria.

Aqui é oportuno destacar o papel dos moduladores linguísticos que funcionam como articuladores do discurso. Eles podem nos ajudar na identificação dos termos. Quando usamos a expressão “podemos concluir que” já estamos sinalizando que a conclusão virá em seguida. As expressões “logo” e “portanto” são as mais utilizadas para indicar a conclusão. Mas expressões como: pois, porque, dado que, como foi dito, visto que, devido a, a razão é que, admitindo que, sabendo-se que, assumindo que, por isso, por conseguinte, implica que, então, daí que, segue-se que, pode-se inferir que, consequentemente e tantas outras de mesmo significado. Mas nem sempre os indicadores são fixos. Veja o exemplo abaixo:

Indicadores

Depois que a oposição assumiu o governo ela ficou diferente.

Então, logo no primeiro mês, a oposição passou a atuar como situação.

Hoje ninguém sabe ao certo se ela é oposição ou situação.

No exemplo citado acima as palavras “Então” e “logo” não são conclusão de nenhum argumento pois, fazem parte das proposições. Da mesma forma o, indicador “se” não é um sinal de que temos uma premissa a seguir. Portanto, podemos afirmar que os indicadores são designados muito mais pela função que ocupam no argumento do que pelo seu significado pré-definido.

3.3 Argumentos

Os argumentos são formados pelas premissas e suas conclusões. Sua estrutura é construída a partir de um encadeamento de premissas e conclusões em um processo sempre crescente que vai agregando mais informações e conteúdos, extrapolando os conhecimentos primeiros dos quais se partiu.

Mas o fato de termos uma série de premissas não significa que tenhamos em mãos um argumento. Vejamos na prática como isto funciona:

Premissas x argumentos

Todos as crianças gostam de desenhar.

Algumas escolas fazem parte da rede estadual.

Os professores são pesquisadores por ofício.

O que podemos fazer com estas premissas? Se as tomarmos da forma como estão não conseguiremos avançar mais do que o próprio conteúdo que já está expresso nas proposições. Sobre as crianças podemos dizer apenas que gostam de estudar e não mais do que isso. Dizer que “algumas escolas fazem parte da rede estadual” também não oferece muito conteúdo pois não conseguimos precisar a quantidade (quantas escolas fazem parte?) e nem quais escolas fazem parte da rede. Preciso mesmo só o fato de que o universo estudado é a rede estadual de ensino. Já a proposição dos professores repete algo que é constitutivo do próprio papel de ser professor que é o fato de ser um

pesquisador. Apesar de serem proposições bastante abrangentes não conseguimos muito coisa com elas. Temos predicados atribuídos a sujeitos mas não conseguimos derivar nada nem tão pouco inferir outras coisas a partir do que está colocado.

Para que possamos tomar estas premissas como argumentos precisaríamos tirar conclusões, ampliar horizontes, testar hipóteses, refutar outras hipóteses, extrair novos predicados dos sujeitos. As conclusões precisam tornar-se premissas de outros argumentos que são encadeadas oferecendo mais conteúdo ampliando assim os limites do conhecido. Uma boa teoria é sempre o resultado de argumentos sólidos, consistentes que resistem aos testes de verificabilidade e falseabilidade. Sempre há a pretensão de respaldar, justificar, provar, demonstrar algo. Este processo é feito usando de argumentos que, quando bem estruturados, alcançam o status de teoria. Mas a situação poderia ser diferente. Imaginem as seguintes premissas:

Exemplo

Todos as crianças gostam de desenhar.

Algumas escolas fazem parte da rede estadual.

A rede estadual valoriza as produções das crianças.

Deste conjunto de premissas poderíamos extrair uma série de conclusões bem interessantes que nos permitiria compreender mais o universo das crianças e das escolas da rede estadual. Seria válido concluir que as crianças que estudam na rede estadual teriam suas produções mais valorizadas; Poderíamos concluir que as crianças por terem suas produções valorizadas teriam sua autoestima aumentada; enfim, percebem como poderíamos extrair muito conteúdo das premissas selecionadas?

Ainda sobre os argumentos podemos destacar aqui aqueles mais simples que são compostos por uma premissa e uma conclusão e outros mais complexos que utilizam-se de mais de uma premissa, mas possuem também uma única conclusão:

Argumento de uma premissa e uma conclusão

Premissa: Todos os professores são pesquisadores.

Conclusão: Logo, alguns pesquisadores são professores.

Argumento de uma premissa e uma conclusão

Premissa: Gabriela e Gustavo são alunos da 1a série.

Conclusão: Logo, a 1a série tem pelo menos dois alunos.

Argumento de duas premissas e uma conclusão

Premissa 1: O curso de pedagogia estuda formas de aprendizagens.

Premissa 2: Regina é aluna do curso de pedagogia.

Conclusão: Logo, Regina estuda formas de aprendizagens.

3.4 Inferências Imediatas

Existem inferências que podem ser extraídas de forma imediata sem que sejam necessárias outras premissas. Estamos falando aqui de inferências por oposição ou conversão. A primeira vista pode parecer algo meio óbvio mas a explicitação torna-se interessante e oferece uma abordagem mais consistente. Dizer que todos os gatos são malhados exige concluir, por oposição, que nenhum gato é branco, ou nenhum gato é preto. Pois a cor malhada caracteriza-se pela mistura de cores. Queremos dizer que as inferências por oposição consistem em concluir imediatamente, a partir do conhecimento prévio da verdade ou falsidade de uma proposição a verdade ou a falsidade da proposição oposta. Da mesma forma, afirmar que alguns homens são altos implica em admitir que alguns homens não são altos (são baixos). Isto porque o termo alguns exige um recorte da realidade. Nunca é total ou universal mas, é sempre parcial. Este pode ser um recurso bem interessante, mas continua restrito ao universo daquilo que já conhecíamos.

3.5 Inferências Mediatas

Uma outra forma de inferência é a inferência mediata. Como o nome diz, ela ocorre através da mediação. Este processo é usado principalmente na construção das deduções. Chamamos de dedução aos raciocínio que nos permite extrair conclusões particulares a partir de premissas universais. Vejamos um exemplo:

O raciocínio dedutivo

Premissa 1: Todos os cães são mamíferos.

Premissa 2: Totó é um cão da raça bassê.

Conclusão: Logo, Totó é um mamífero.

Olhando este exemplo de forma mais atenta percebemos que de uma proposição universal (que vale para todos, abrangente, total – TODOS os cães) chegamos à conclusão que “Totó é um mamífero”. Mas isto só foi possível porque a 2ª premissa, “Totó é um cão da raça bassê” forneceu a mediação capaz de atribuir a propriedade mamífero ao cão singular que é o Totó. O atributo “da raça bassê” aparece na 2ª premissa mas não interfere na conclusão. Poderia sim, prestar-se a oferecer uma outra conclusão: “A raça bassê é mamífera”, mas não queremos falar da raça, e sim do animal específico Totó. Retomando, podemos dizer que a dedução caminha do geral (universal) para o particular, do abstrato para o concreto. Já os processos de indução fazem o caminho inverso: partem do particular para o universal.

O silogismo é uma forma especial de raciocínio dedutivo que usa da mediação como forma de extrair conclusões. Todos os exemplos anteriores que contavam com duas premissas e uma conclusão são constituídos de silogismos. Mas é importante lembrar que as conclusões devem, obrigatoriamente, decorrer das premissas apresentadas. Nunca é demais lembrar: no exemplo anterior não poderíamos concluir acerca da cor de Totó ou se ele prefere sardinha à picanha. Estes elementos não estavam presentes, mesmo que saibamos, *por outra fonte de informação*, que Totó é louco por sobras de picanha.

3.6 Estrutura do silogismo

O silogismo regular é, então, formado por três proposições (duas premissas e uma conclusão) e três termos:

- **Termo maior:** está na premissa maior (a de maior extensão) e também na conclusão. Ele tem a função de predicado, tanto na 1ª premissa, quanto na conclusão.
- **Termo médio:** está presente nas duas premissas mas não faz parte da conclusão. Ele permite relacionar as duas premissas, contendo um termo e estando contido no outro termo. Por isto ele é capaz de fazer a mediação.
- **Termo menor:** está presente na premissa menor (a de menor extensão) e é o sujeito na conclusão.

Podemos dizer que os **silogismos categóricos** são constituídos só por enunciados ou proposições categóricas. Estas proposições afirmam ou negam algo de forma absoluta. (Afirmar que “Totó é um cão” exige, necessariamente, que de fato ele seja um cão. Não é algo optativo, mas obrigatório. Ele não pode ser um gato, boi ou passarinho). Assim, os juízos atribuem relações entre os sujeitos e os predicados. Diferentemente, os **silogismos hipotéticos** não afirmam ou negam algo de forma cabal, mas sempre abrem a possibilidade para uma condição alternativa. Por isto dizemos que não são definitivos ou fechados.

Silogismo Hipotético

Premissa 1: Se fizer sol irei ao clube;

Premissa 2: O sol está lindo hoje.

Conclusão: Logo, irei ao clube.

Como já vimos, temos proposições de caráter universal, particular, afirmativa ou negativa. Para facilitar o estudo da lógica, a estas proposições são atribuídos símbolos (A, E, I e O) a fim de facilitar o estudo das relações entre as premissas de um silogismo. Vejam no quadro abaixo como isto funciona. Percebam que temos neste quadro as quatro proposições básicas a saber:

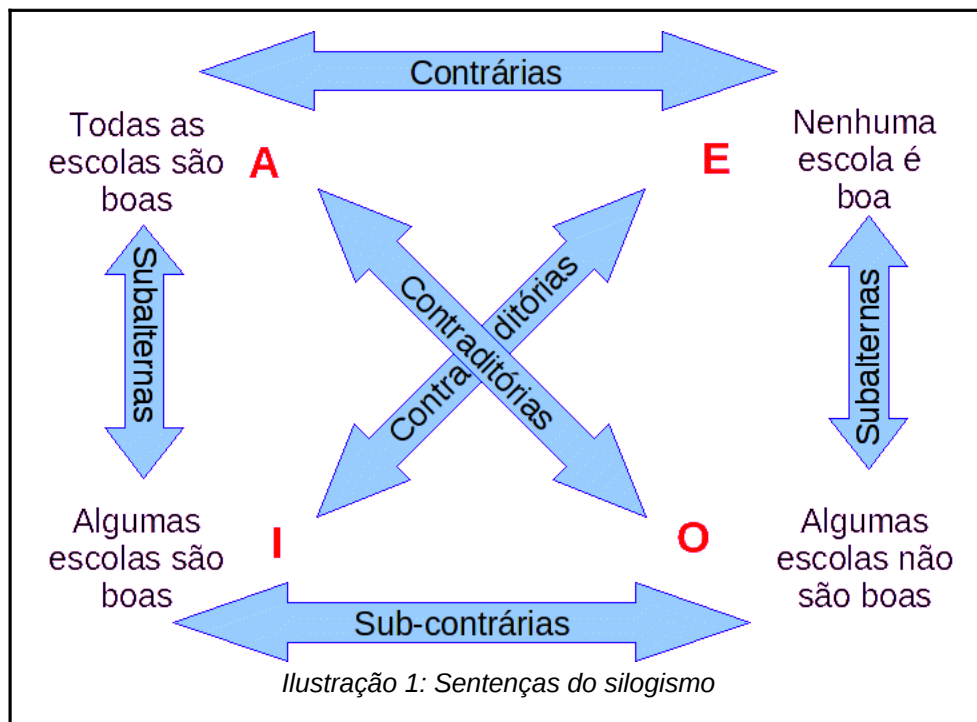
A – Universal Afirmativa: (Todas as escolas são boas)

E – Universal Negativa: (Nenhuma escola é boa)

I – Particular Afirmativas: (Algumas escolas são boas)

O – Particular Negativa: (Algumas escolas não são boas)

Colocando isto em um quadro teremos as seguintes relações:



Quando identificamos o modo das proposições podemos aferir se o processo de construção do raciocínio está de acordo com as regras da lógica. Para tanto temos algumas regras que valem para os silogismos. A observação destas regras garante a validade de um silogismo. As regras são as seguintes:

Regras do Silogismo

1. O silogismo tem três termos e só três termos.
2. Nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas.
3. A conclusão não deve conter nunca o termo médio.
4. O termo médio deve ser tomado pelo menos uma vez universalmente.
5. De duas premissas negativas nada se pode concluir.
6. De duas premissas afirmativas não se pode tirar uma conclusão negativa.

- | 7. A conclusão segue sempre a parte mais fraca.
- | 8. De duas premissas particulares nada se pode concluir.

3.7 Validade e verdade

Podemos estabelecer agora uma diferença importante entre verdade e validade. Usaremos os termos **verdade e falsidade** quando nos referirmos aos conteúdos (matéria) das proposições. Para tanto, temos que ter um conhecimento da realidade que nos permita assegurar se o que está sendo expresso na proposição é de acordo com a realidade. Uma proposição que afirma: “Todos os gatos têm cinco patas” se mostra falsa pois, na realidade, os gatos possuem apenas quatro patas; da mesma forma, afirmar que uma galinha é um bípede é verdadeiro, pois, de fato, elas possuem apenas duas patas. Já as expressões **válido e inválido** devem ser reservadas às operações do raciocínio que envolvem relação (forma) entre as premissas ou proposições.

Já vimos que podemos ter raciocínios válidos com proposições falsas (lembra-se do silogismo dos gatos e peixes da lua?), da mesma forma que podemos ter raciocínios inválidos com premissas verdadeiras (o silogismo do Einstein mostrou isto). Mas qual seria, então, o raciocínio que deve ser utilizado na construção de teorias, demonstração de resultados, explicação do real? Ou, se quisermos dizer de uma outra forma, quais as características de um raciocínio correto?

4. A filosofia na Grécia Antiga

4.1 Os pré-socráticos ou cosmológicos

Os primeiros filósofos são conhecidos como cosmológicos. Isto porque tinham como objeto de estudo o cosmos, o universo. Mais tarde, dada a grandeza do pensamento de Sócrates, foram designados também pelo termo pré-socráticos. Cumpre lembrar que temos apenas alguns fragmentos das obras destes pensadores e, além do que, parte do que temos já é produto de releituras de filósofos posteriores.

Mas o que esses primeiros pensadores possuem de tão especial?

Primeiramente o fato de terem inaugurado um tipo de pensamento que conhecemos como filosofia. Eles deram, por assim dizer, o pontapé inicial. Isto porque elegeram problemas que a filosofia persegue até hoje. Estamos falando aqui de problemas tipo:

- O que é o ser?
- O que é o movimento?
- O universo é finito, criado, sem limites?
- O conhecimento é possível, uma ilusão ou uma construção arbitrária do humano?
- Qual o papel dos deuses na organização do mundo?

Estas questões são constantemente retomadas ao longo da história da filosofia. A resposta dada a elas reflete, sem sombra de dúvida, o espírito do tempo no qual foram forjadas.

No caso dos pré-socráticos os elementos da natureza estavam muito próximos ao cotidiano. A estrutura urbana (pólis) como a conhecemos no auge da Grécia clássica ainda não existia com a exuberância que atingiu. Daí o fato de questões mais antropológicas, políticas, morais e sociais não fazerem parte dos temas de seus estudos. Hamlyn em sua obra *Uma História da Filosofia Ocidental*² faz uma análise interessante acerca da produção destes pensadores. Em nossa abordagem vamos aproveitar alguns trechos do seu trabalho.

4.1.1 Os Milesianos

Os primeiros filósofos, chamados de milesianos (naturais de Mileto, uma cidade portuária situada na costa da Ásia Menor) começaram a filosofar perto de fins do século VII a.C. A proximidade com a Babilônia e o fato de ser uma cidade portuária são indícios

2 Disponível em: <http://asmayr.pro.br/livros/uma_historia_da_filosofia_ocidental.exe>

importantes. A Índia ficava longe demais e as comunicações eram demasiado precárias para que julguemos plausíveis influências originárias dessa fonte. Diz Hamlyn que

no mundo antigo, considerava-se o Egito como a origem da matemática, como a Babilônia o era da astronomia (os movimentos aparentes dos corpos celestiais eram registrados em tabuinhas de argila). O emprego da matemática pelos egípcios era considerado tão importante que os gregos tendiam a considerar que, qualquer compatriota seu que mostrasse capacidade matemática e espírito de inovação, devia ter estudado naquele país (HAMLYN, [s.d]).

O certo é que essas influências foram muito importantes para a filosofia nascente. Um dos primeiros pensadores expressivos foi Tales (625/4 – 558/6 a.C.) que “afirmava que todas as coisas estavam repletas de deuses”. Esta fase demonstra ainda uma estreita vinculação da natureza com o divino. Quando Aristóteles salienta a importância do “primeiro princípio” para Tales sendo a água e a tese de Anaxímenes (585 – 528 a.C.) (“de que as diferentes matérias são formadas de ar mediante processos recíprocos de condensação e rarefação, parecem ciência primitiva” temos aqui uma clara tentativa de explicar a natureza (*physis*, para os gregos). Interessante notar a íntima relação entre ar e alma. Neste ponto vale a pena ver como Hamlyn equaciona esta questão:

a alma era para os gregos o princípio da vida. O ar ou a respiração eram as indicações mais claras da vida. Daí a conexão entre alma e ar. A implicação, porém, era que o mundo em geral possuía também vida e alma. Se assim era, a escolha do ar por Anaxímenes como matéria básica não teria sido determinada exclusivamente por considerações físicas. Este pensamento seria uma mistura de diferentes elementos (HAMLYN, [s.d]).

Mas até aqui ainda temos uma certa contaminação entre o mítico e o filosófico. Se tomarmos a proposta de um outro filósofo deste período, Anaximandro (610 – 547 a.C.) (considerado o sucessor de Tales em Mileto) poderemos ampliar um pouco nosso horizonte. Segundo Hamlyn [s.d.] a contribuição de Anaximandro ocorreu mediante um deslocamento de perspectiva. Ao invés de buscar o primeiro princípio em um elemento específico ele propôs uma outra abordagem. Diz Hamlyn

o que impressionou Aristóteles e outros sobre Anaximandro foi que ele se recusou a identificar a matéria básica, subjacente, com qualquer um dos quatro elementos tradicionais – terra, fogo, ar e água -, preferindo invocar o que chamou de *apeíron* (infinito, ou ilimitado) neste particular. Fez isso presumivelmente sobre o fundamento de que era impossível gerar esses elementos de qualquer um de seus membros. (HAMLYN, [s.d.])

A palavra *apeíron* aponta para a possibilidade do ser – e vejam que esta é uma questão que perpassará toda a filosofia subsequente na tentativa de responder à questão “o que é o ser?”. Alguns autores sustentam que a escolha de um princípio não determinado ocorreu por força da própria observação da realidade que estava em constante movimento, alternando “frio/quente, verão/inverno, juventude/velhice”. Na perspectiva de Anaximandro estas alternâncias obedecem a um princípio semelhante à justiça humana.

Vejamos como Hamlyn [s.d.] trata deste aspecto:

No verão, por exemplo, o mundo é dominado pelo calor; mas isto é uma espécie de usurpação, pela qual uma penalidade deve ser cumprida. A penalidade – o domínio pelo frio – implica outro ato de injustiça, mais uma penalidade, e assim por diante. Subjacente a isto há algo como a moderna ideia de lei natural, mas interpretada em termos morais/políticos. Se nesse ponto de vista há assombro com o estado de coisas, há também perplexidade (HAMLYN, [s.d.])

Podemos dizer que o mérito aqui é o de oferecer outros prismas para a análise dos fenômenos que rodeavam o pensador. Equacionar situações cosmológicas com aspectos da realidade humana na busca de um princípio comum, abstrato é, por si só, um passo enorme em direção a instauração de um saber que mais tarde será denominado de filosófico.

4.1.2 Os Pitagóricos

Outros dois personagens de destaque do período que estamos abordando As duas figuras principais seguintes foram Pitágoras (580/78 – 497/6 a.C.) e Heráclito de Éfeso (540 – 570 a. C). A escola fundada por Pitágoras confundia-se com a sua religião que aceitava a doutrina de transmigração da alma. No que diz respeito à filosofia a ênfase dada à matemática é sua grande característica. Diz Hamlyn que ele

ênfatizava principalmente a matemática – a aritmética, interpretada como uma investigação dos tipos de números, a geometria interpretada como investigação da formulação métrica das formas, a harmonia interpretada como investigação da formulação de intervalos musicais. Pensava-se que os números eram derivados de unidades, que podiam ser em si mesmas identificadas com os pontos, ou seixos, usados na contagem, de modo que havia uma transição fácil da aritmética para a geometria, que podia ser em si mesma interpretada como dizendo respeito às razões entre comprimentos. A harmonia, de igual maneira – a preocupação com as propriedades dos intervalos musicais, não harmonia no sentido moderno – poderia relacionar-se com as duas outras disciplinas, porque as relações entre os vários intervalos musicais podiam ser descobertas mediante comparações dos comprimentos das cordas que, quando tangidas, produziam tons diferentes (HAMLYN, [s.d.])

Não por acaso, muitos afirmam que Pitágoras definiu a essência do universo sustentada a partir da própria matemática. A obsessão pelos números traduz esta busca incansável empreendida por eles. Se pensarmos em termos históricos temos aqui um nível de abstração maior que o empreendido pelos seus antecessores, na medida em que o princípio escolhido já era, por si só, abstrato. Mas os próprios estudos dos pitagóricos geraram um impasse: a impossibilidade de mensurar algumas relações entre os próprios números³. Desta descoberta implica que a suposta racionalidade que era atribuída ao

3 Números, como a raiz de dois, não podem ser expressos em termos de uma fração racional e são tidos

mundo encontra-se agora em xeque. Conforme Hamlyn [s.d.]

Isto porque, se as coisas são semelhantes aos números, e se há números que não são racionais, porque não podem ser expressos em termos de uma fração racional, impõe-se a inferência de que o mundo não é um lugar totalmente racional (HAMLYN, [s.d.]).

O desdobramento prático desta teoria é a existência de opostos. Esta tese é sustentada por Aristóteles que afirmou, segundo Hamlyn, que

alguns pitagóricos dispunham todas suas ideias fundamentais em colunas paralelas de opostos, começando com “limitado/ilimitado”, descendo para “ímpar/par”, “um/muitos”, “direita/esquerda”, “homem/mulher”, “em repouso/em movimento”, “reto/torto”, “claro/escuro”, “bom/mau”, até “quadrado/oblongo”. As implicações são que temos um conjunto de conceitos bons, racionais, e outro mau e irracional, e que, de alguma maneira, os que estão no alto da coluna explicam os que estão mais em baixo e que para o mundo ser explicado em termos dessas ideias precisamos de cada par de opostos. (HAMLYN, [s.d.]).

Há aqui uma clara evolução e podemos perceber a importância da coerência e estruturação do sistema de pensamento por eles professado. Existem situações que decorrem dos postulados sustentados e, por isto mesmo, torna-se necessário repensar o universo a nossa volta.

4.1.3 Os Eleatas

Um outro filósofo expressivo deste período é Parmênides (530 – 460 a.C.), natural de Eléia, na região da atual Itália. Acredita-se que teve contato com os escritos pitagóricos, mas não há provas sólidas a este respeito. Uma das grandes contribuições de Parmênides diz respeito ao problema do ser. É dele a famosa afirmação: “o que é, é; o que não é, não é”, base de toda a ontologia⁴ tradicional.

Temos alguns fragmentos de sua obra escrita sob a forma de poema, intitulada *Sobre a natureza*. Esta obra apresenta três partes a saber:

Uma primeira, “que conta a história alegórica de uma revelação recebida por ele sob a forma de uma mensagem da deusa Dike (Justiça ou Direito)”;

Já a segunda, intitulada “Caminho da Verdade”, “argumenta que a descrição correta do “que é” difere inteiramente do que os homens geralmente supõem”;

A terceira, intitulada “Caminho da Opinião”, ou “Caminho da Aparência”, onde apresenta o que “considera a melhor descrição do mundo que concorda com “as crenças dos mortais”, de modo que “nenhum pensamento de homens mortais jamais te supere”. Aqui temos o pensamento de Parmênides a respeito dos fenômenos cosmológicos tais como são

como incomensuráveis.

4 Ontologia: do Gr. Onthos, ser. Diz-se do estudo acerca do ser. Base da metafísica.

percebidos pelos sentidos. Seria algo como uma física descritiva, mas que ao final das contas deve ser tomada com cautela, pois aquilo que “os sentidos nos dizem deve ser rejeitado em favor da razão”, como nos diz Hamlyn [s.d.].

A segunda parte é bem mais consistente e apresenta sua concepção acerca do que a razão nos diz. Construída a partir de uma metafísica dedutiva, ele apresenta as premissas que supõe serem verdadeiras e vai extraindo as conclusões que decorrem e que, por isto mesmo, devem também ser tomadas como verdadeiras. Parmênides coloca em oposição “dois caminhos de indagação”, dos quais apenas um é aceitável. Simplificando a abordagem sustentada por ele poderíamos, nos apoiando mais uma vez na obra de Hamlyn [s.d.] colocar a questão nos seguintes termos:

- 1) Ou X existe ou X não existe (onde “X” pode referir-se a qualquer coisa);
- 2) Se é possível pensar em X, X pode existir;
- 3) Daí, se pode-se pensar em X, ele tem que ser alguma coisa;
- 4) Daí, se pode-se pensar em X, ele tem que existir;

Disto decorre a afirmação basilar de Parmênides que “Só uma maneira resta da qual se pode falar, que ele é”. Por isto “aquilo que é” deve ser incriado e imperecível – “De modo que vir a ser se extinga e perecer seja inimaginável”. Esta ideia torna-se interessante na medida em que coloca sob suspeita o tempo. Pois não há aqui a possibilidade da mudança. Pois as coisas são como são. Há apenas um “eterno agora” ficando a possibilidade do vir a ser comprometida. Isto é possível porque Parmênides refere-se ao modo como as coisas parecem aos homens e a ideia de movimento faz parte deste imaginário opinativo dos homens.

A terceira parte do poema, o “Caminho da Opinião”, vem com a ressalva de Parmênides de que pode parecer “enganosa ordenação das (suas) palavras”. Isto porque, o único fundamento do qual podemos partir, no entendimento de Parmênides, é a própria razão. Esta postura constitui, por si só, um modo muto peculiar de fazer filosofia. Daí o fato de sua teoria ser considerada tão relevante para o seu período.

Um dos discípulos conhecidos de Parmênides foi outro eleata, Zenão (495 – 430 a.C.) que é mais conhecido pelos seus argumentos contra a possibilidade do movimento. No caso de “Aquiles”, ele relata uma corrida entre este e uma tartaruga. Esta, por ser mais lenta, largou à frente do velocista grego. Segundo Zenão, Aquiles ao mover-se de A para B, deve primeiro chegar a C, que neste caso, coincide com o ponto de partida da tartaruga. Mas, de igual forma, a tartaruga já terá se movido para um outro ponto, o ponto D. Nesta perspectiva a tartaruga sempre estará à frente de Aquiles que não poderia, segundo o filósofo, alcançá-la, pois estas distâncias aumentariam sempre de forma *ad infinitum*. Esta situação só é possível porque Zenão desconsidera as velocidades relativas entre ambos e, a própria perspectiva do tempo. Sua argumentação sustenta-se na “suposição de que qualquer distância finita pode ser, na verdade, e não apenas em

princípio, dividida ad infinitum, o que parece ser um ponto da física” (Hamlyn, [s.d]).

4.1.4 Os Jônicos

Heráclito (540 – 480 a.C.) é considerado o principal adversário de Parmênides e maior representante da escola jônica. Isto porque sua filosofia, diferentemente de seu adversário, sustentava o primado do movimento à estabilidade do ser. Muitos sustentam ainda que ele pode ser considerado o primeiro filósofo dialético. A dialética considera o dinamismo dos fenômenos sendo sensível às contradições que estes apresentam. Tem, também, a mesma raiz de diálogo, o que salienta seu caráter de mobilidade.

Dos fragmentos que chegaram até nós destacamos a obra *Da natureza*, que apresenta três partes: o universo, a política e a teologia. Aqui vale ressaltar que as três partes tem como objeto as dimensões nas quais o homem está inserido (mundo, sociedade e religião).

O objeto de estudo de Heráclito foi o vir a ser, o devir. Por causa desta abordagem temos uma máxima atribuída a ele que afirma “Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”. Isto porque tanto o rio quanto o homem estão em constante mudança, transformando-se de forma incessante. O fluxo é inevitável. Tudo está em contínuo movimento, tudo flui.

Hoje há uma certa tendência a aproximar Heráclito e Parmênides, “já que o primeiro fala do cosmo em mudança incessante, ao passo que o segundo se refere ao ser supra cósmico, o princípio supremo subtraído à mudança, que coincide com o logos de Heráclito”.⁵

A filósofa Marilena Chauí em sua obra *Convite à filosofia* destaca também a prevalência do movimento na filosofia de Heráclito. Diz ela:

A realidade, para Heráclito, é a harmonia dos contrários, que não cessam de se transformar uns nos outros. Se tudo não cessa de se transformar perenemente, como explicar que nossa percepção nos ofereça as coisas como se fossem estáveis, duradouras e permanentes? Com essa pergunta o filósofo indicava a diferença entre o conhecimento que nossos sentidos nos oferecem e o conhecimento que nosso pensamento alcança, pois nossos sentidos nos oferecem a imagem da estabilidade e nosso pensamento alcança a verdade como mudança contínua (CHAUÍ, 2000).

Neste momento percebemos a mesma dicotomia entre o sensível e o inteligível sustentada por Parmênides, mas construída de maneira inversa. Os fenômenos que ocorrem no plano do sensível aparentam estabilidade, repouso, mas, no fundo, a racionalidade desvela o movimento como constitutivo do ser.

O conceito de unidade é importante dentro do edifício conceitual de Heráclito. Os fenômenos são desdobramentos do uno que se mostra na multiplicidade e pluralidade dos

5 Enciclopédia de Filosofia. Disponível em: <<http://encfil.goldeye.info/>>.

seres. Este desabrochar na multiplicidade só é possível mediante a tensão dialética interna que funda o ser. Citando outra vez a *Enciclopédia de Filosofia* encontramos:

Calor e frio, bem e mal, noite e dia são simultaneamente múltiplos e unos, pois constituem metades indissociáveis de uma mesma realidade. A guerra, entendida como pura dinamicidade, é mãe e rainha de todas as coisas. A oposição entre contrários define-se como a própria força criadora do real (EF, sobre Heráclito)

O primeiro princípio, o *arkhé*, foi traduzido pelo elemento fogo, expressão da mobilidade e inquietação. Mas todas as mudanças fazem parte de um mesmo movimento maior que é o próprio logos “essência racional do Universo”. Este logos cósmico deve ser buscado pelos homens de forma a orientar as suas ações no plano ético. A subordinação do indivíduo a esta razão universal é a própria virtude. De maneira análoga, o mal consiste justamente na vida conduzida a partir de uma lógica individual, expressão da multiplicidade e não da unicidade do cosmos.

4.1.5 Sócrates e os sofistas

Nesta unidade vamos entrar em contato com a proposta de Sócrates (470-399 a.C.), um dos mais expressivos filósofos gregos. A filosofia grega tem na figura de Sócrates um marco decisivo. Isto porque, com aquele a filosofia assumiu definitivamente sua perspectiva antropológica. Antes de falarmos de Sócrates vamos falar de seus contemporâneos, os sofistas. Mas devemos tomar cuidado para não repetirmos o estereótipo platônico depreciativo dos sofistas que chegou até nós. O termo sofisma significa “argumento ou falso raciocínio formulado com o fim de induzir em erro”⁶ (Dic. PRIBERAN). Mas, em muitas situações, os sofistas trouxeram contribuições importantes para a consolidação da filosofia. Como adversários que eram nas posições assumidas precisamos ser prudentes para não incorreremos no erro de afirmarmos o discurso do centro em detrimento do discurso marginal.

Os conceitos de território e margem como os propostos por Jacques Derrida (1971) são muito oportunos aqui. Rapidamente, podemos dizer que em Derrida o conceito de território se entrecruza com o conceito de margem. Da mesma forma, o conceito de desconstrução perpassa todos eles. A margem se estabelece a partir de um determinado território que encontra-se situado. Sendo conseqüente com o tema da desconstrução, Derrida coloca em xeque o conceito de território. O problema da territorialidade está associado à metafísica tradicional. Pressupõe um *locus* que estabelece os parâmetros para a constituição do verdadeiro. Esta tautologia⁷ do verdadeiro não tem lugar no

6 Cf. PRIBERAN. DICIONÁRIO de Português. Portugal: Priberan, s.d.. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>

7 Gr. tautología < tautó, o mesmo + lógos, assunto. s. f., vício de locução que consiste em dizer sempre a mesma coisa, em termos diferentes. (PRIBERAN)

pensamento derridiano, que busca a todo momento superar a estabilidade.

Igualmente, o problema da margem é colocado em função do território. No espaço marginal encontra-se a chave para a desconstrução, pois instaura um outro *locus* que permite tensionar o centro. O território é então dado a partir desta tensão entre o centro e a margem. Mas vale lembrar que um é sempre visto de forma relacional com o outro, pois Derrida não sustenta a prevalência de um em detrimento do outro.

Retomando nossa análise, podemos dizer que os sofistas eram pessoas extremamente envolvidas com questões práticas que envolviam a vida da polis grega. Pragmáticos, ocupavam-se dos problemas que com os quais se defrontavam os cidadãos livres. Diz Hamlyn [s.d.] que os “Os sofistas eram mestres ambulantes que davam cursos ou aulas individuais sobre vários assuntos e cobravam por esse privilégio”. Os sofistas, de uma maneira geral, opunham-se às especulações dos filósofos que os precederam, pois segundo eles, eram desprovidas de utilidade. Vejamos como:

Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e contradições e que não tinham utilidade para a vida da polis. Apresentavam-se como mestres de oratória ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens tal arte para que fossem bons cidadãos.

Que arte era esta? A arte da persuasão. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão para os jovens, que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que, numa assembleia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem a discussão (CHAUÍ, 2000).

Aqui temos um aspecto importante advindo com a perspectiva sofista: o caráter utilitarista com o qual revestiam a filosofia. O caráter instrumental do pensamento também fica muito demarcado. O homem torna-se figura central, bem como, todas as dimensões da vida sócio-político-econômica nas quais estava imerso. Dos sofistas chegaram até nós pouquíssimos registros. A maioria está presente nas obras de Platão, bem como na sistematização realizada por Aristóteles.

Merecem destaque as ideias de Protágoras e Górgias. Este último famoso por suas teses cétricas onde sustenta três princípios: “1) nada há; 2) mesmo que houvesse alguma coisa, não poderíamos conhecê-la; e 3) mesmo que pudéssemos conhecê-la não poderíamos comunicá-la aos demais” (HAMLYN, [s.d.]) coloca por terra toda a pretensão de postular um conhecimento possível sobre a realidade. Já Protágoras foi menos radical, mas também postulou a impossibilidade do conhecimento assegurar alguma verdade, defendendo o subjetivismo cétrico.

Protágoras alegou que o homem é a medida de todas as coisas, tanto das coisas que são o que são como das coisas que não são o que não são. A julgar pelo Teeteto de Platão, onde se encontram estas palavras, isto significa que tudo é como parece ao homem – não apenas aos homens em geral mas a cada indivíduo em particular. Esta tese leva a um relativismo total, sem possibilidade alguma de verdade absoluta (HAMLYN, sobre Protágoras).

A perspectiva assumida por Protágoras coloca o homem de fato como o centro de toda a reflexão. Rompe os liames com outras realidades e trabalha apenas em torno do universo humano. Em vários momentos da história da filosofia a afirmação de Protágoras é solicitada, seja para servir de sustentáculo a um humanismo, seja para condenar a amplificação do humano.

Neste ambiente Sócrates apresenta outra perspectiva que entra em choque com os sofistas. Retomando o caminho descartado pelos sofistas Sócrates empreende uma busca incansável pela verdade com traços muito claros.

As contendas entre Sócrates e os sofistas retratadas nos diálogos de Platão (discípulo de Sócrates) tornam a questão mais imbricada do que se poderia imaginar. O pensamento de Sócrates é filtrado pelo discurso platônico, pois não temos registros de autoria do próprio Sócrates. Compreender então os territórios “limítrofes” do pensamento de um e de outro é algo que demandaria um trabalho exaustivo que foge ao nosso escopo⁸. Tendo essas ressalvas em mente, tomaremos o pensamento de Sócrates como sendo aquele que aparece pela voz de Platão.

Sócrates viveu em plena efervescência da cultura ateniense. Foi testemunha dos embates travados na *ágora*⁹ envolvendo as mais diferentes questões. Sua trajetória de busca insistente da verdade teve como consequência uma animosidade com seus contemporâneos que terminou por conduzi-lo à pena de morte.

A missão para a qual sentiu-se chamado pelo oráculo de Delfos foi a de instigar os homens a se preocuparem com os interesses de suas almas, pela aquisição da sabedoria e da virtude. Contra os sofistas, preocupou-se em definir os conceitos universais de bem, justiça, felicidade e virtude, identificando o conhecimento com a moralidade e a felicidade com a prática da virtude. Os métodos usados por ele nas conversas com os discípulos foram a ironia e a maiêutica (MONDIM, 1980).

Ou, segundo um outro olhar,

Sócrates manifesta profundo interesse pela injunção que estava inscrita sobre o templo de Delfos – “Conhece-te a ti mesmo”. Parece claro que Sócrates provavelmente não teria considerado alguma coisa como conhecimento a menos que tivesse relação com conhecimento de si mesmo. Daí, na medida em que virtude é conhecimento, e conhecimento implica conhecimento de si mesmo, a virtude deve envolver conhecimento e cuidado de si mesmo, da própria alma. Esta pode ser, na verdade, a mensagem principal de Sócrates e esta opinião combina

8 Ao optarmos pelo conceito de “limítrofe” queremos aproveitar a ênfase deste conceito derridiano. Quando Jacques Derrida privilegia o conceito de limítrofe em detrimento do conceito de limite é porque ele quer evidenciar a contaminação dos territórios. Limítrofe é o que alimenta. Do grego *trofen* = nutrição, alimento. Para uma visão rápida dos principais conceitos de Jacques Derrida cf. *Cenas derridianas* de Luiz Fernando de Carvalho (2004).

9 Praça principal; assembleia do povo na praça pública; fórum (na antiga Grécia). Usaremos como referência o Dicionário de português (PT) *on line* oferecido pela Priberam. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>

com o que Kierkegaard consideraria mais tarde tão importante nele. Torna-o um profeta da introspecção e da preocupação com o ser real do indivíduo. (HAMLIN, [s.d.]

Mas o que podemos apontar no pensamento socrático que lhe assegura a importância na história do pensamento? Primeiramente o fato de trazer a questão para o universo da consciência. O fim almejado do conhecimento deve ser o próprio homem. O autoconhecimento mostra-se um imperativo a ser perseguido diuturnamente. Esta postura é decorrente da opção que Sócrates fez para si:

Para Sócrates, no entanto, a especulação filosófica devia se voltar para outro assunto, mais urgente: o homem e tudo o que fosse humano, como a ética e a política.

Sócrates dizia que a filosofia não era possível enquanto o indivíduo não se voltasse para si próprio e reconhecesse suas limitações. "Conhece-te a ti mesmo" era seu lema (EF, sobre Sócrates)

Disto implica a formulação de uma conduta moral construída a partir do reconhecimento da finitude humana. Mais ainda, postula uma natureza humana que pode tender ao bem se for conduzida pela razão. Isto implica em retomar a busca dos princípios, descobrir aquilo que de mais profundo habita o ser humano, independentemente de seu caráter utilitarista como pretendiam os sofistas.

Desinteressado da física e preocupado apenas com as coisas morais, a antropologia socrática é a essência capaz de regular a conduta humana e orientá-la no sentido do bem. A virtude supõe o conhecimento racional do bem, razão pela qual se pode ensinar. O que há de comum entre todas as virtudes é a sabedoria, que, segundo Sócrates, é o poder da alma sobre o corpo, a temperança ou o domínio de si mesmo. Possibilitando o domínio do corpo, a temperança permite que a alma realize as atividades que lhe são próprias, chegando à ciência do bem. Para fazer o bem basta, portanto, conhecê-lo. Todos os homens procuram a felicidade, isto é, o bem. Assim, o vício não passa de ignorância, pois ninguém pode fazer o mal voluntariamente (EF, sobre Sócrates).

Outro aspecto importante a considerar na antropologia socrática é o respeito conferido aos seus interlocutores. Avançado para a sua época, Sócrates extrapola os limites da democracia ateniense ao propor que o conhecimento também poderia ser produzido por cidadãos não livres. Isto representou uma fissura no modelo organizacional social e, sem dúvida, foi um dos motivos pelos quais foi acusado de corromper a juventude e as instituições. Metodologicamente Sócrates defendeu o diálogo como forma privilegiada de exposição e argumentação. Por aproximações sucessivas e partindo das limitações confessas pelos seus interlocutores, ele avançava além da superfície e descortinava novos horizontes de pensamento. O homem que deriva desta postura deve mais fidelidade a sua consciência que as leis e tradições religiosas ou sociais. Definitivamente temos a instauração da consciência como ponto importante a partir do qual pode-se falar a respeito do mundo.

No plano ético Sócrates também foi um crítico agudo aos critérios de conduta dos sofistas. O quadro abaixo traça um paralelo entre as éticas propostas, levando em conta o contexto no qual foram construídas. Vejamos:

Ética sofista x socrática		
Pensadores	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
Sofistas	Democracia extensiva apenas aos cidadãos (homens livres) excluindo mulheres, estrangeiros e escravos;	Relativismo, pois a existência de verdades e normas universalmente válidas não está assegurada;
	Valorização da atividade política;	
	Importância dada à retórica, oralidade e persuasão;	O normativo é provisório e depende da subjetividade individual;
	Pragmatismo social;	
Sócrates (470?-399)	Estabilidade sócio política;	Ética racionalista baseada no conhecimento do indivíduo a partir de si mesmo;
	Defesa da busca da verdade como máxima;	
	Valorização da razão em detrimento ao pragmatismo sofista;	Exigência de busca constante do bem enquanto realização humana;
	Bondade, conhecimento e felicidade como tríade;	Felicidade decorrente do reto agir;

Tabela 1: Éticas de Sócrates e dos sofistas

Se fizermos uma síntese da teoria do conhecimento proposta aliada às demandas éticas suscitadas no período percebemos que a dimensão antropológica está definitivamente instaurada no corpo da filosofia grega. Não, por acaso, alguns autores afirmam que a filosofia é uma grande antropologia, pois tem sempre como objeto o homem.

Concluindo...

Podemos dizer que neste período as principais preocupações estão voltadas para a constituição do estado grego (polis) e a definição do conjunto de ações mais adequadas para a vida neste novo espaço social. A superação da ordem mítica e de suas diretrizes religiosas

trouxe a necessidade de estabelecer novos fundamentos que fossem capazes de orientar o homem grego, especialmente o cidadão. A filosofia emergente chama-se para si esta tarefa.

4.2 Platão

A filosofia platônica foi estabelecida a partir dos alicerces deixados por Sócrates. Levando às últimas consequências a busca do fundamento primeiro Platão terminou por exigir a existência de um outro mundo, o mundo das ideias, como postulado necessário ao seu sistema. Já nos diálogos platônicos ouvimos a voz de Sócrates que vai aos poucos confundindo-se com a voz de Platão. Mediante esta estratégia, Platão se vale da autoridade de seu mestre para empreender sua reflexão. O tema do mundo sensível e do mundo das ideias será recorrente em sua obra e é o pano de fundo sobre o qual ela se sustenta. Sua obra pretendia

opor-se ao relativismo dos sofistas, o que implica a suposição de haver conhecimento independente de fatores circunstanciais. Assim, o objetivo platônico era o conhecimento das verdades essenciais que determinam a realidade - a ciência do universal e do necessário - para poder estabelecer os princípios éticos que devem nortear a realidade social, em busca da concórdia numa sociedade em crise. Nesse sentido, sua obra pode ser considerada como um conjunto coerente, articulado pelo tema condutor da teoria das ideias (EF, sobre Platão).

Quando pensamos sobre o problema do conhecimento na história antiga percebemos que não havia uma preocupação nos primeiros pensadores acerca das possibilidades e validade do conhecimento. Isto ocorre porque a filosofia nascente construiu sua identidade a partir de uma ruptura com o pensamento mítico. O objeto privilegiado ainda era o ser e toda a teoria do conhecimento enfocava esta problemática ontológica.

A oposição entre o uno e o múltiplo, da qual se ocuparam estes pensadores, traz para o plano do conhecimento esta mesma problemática. Conforme vimos anteriormente, a metafísica de Parmênides ao sustentar a realidade enquanto o ser em repouso, fixo, imutável colide-se com a perspectiva de Heráclito que sustenta justamente o seu contrário, evidenciando o caráter de multiplicidade do ser posto que tudo é movimento.

Este impasse ganha contornos consideráveis, superados com a síntese de Platão que sustentava o dualismo do mundo, comportando um plano do uno (o mundo das ideias) e um plano da multiplicidade (o mundo sensível). A teoria da reminiscência onde Platão sustenta que o processo de conhecimento opera-se por um reconhecimento das ideias que encontram suas representações no mundo sensível, mostra isto de forma bem clara. Vejamos como ele descreve esta situação:

Texto 3 – Mito da Caverna e Mito da Reminiscência

Platão apresenta de maneira muito interessante a constituição desta dualidade através de dois textos clássicos que merecem ser retomados. Refiro-me aos mitos da caverna e da reminiscência. A versão apresentada aqui foi extraída da obra *Convite à filosofia* de Marilena Chauí.

O Mito da reminiscência

No *Mênon*, Sócrates dialoga com um jovem escravo analfabeto. Fazendo-lhe perguntas certas na hora certa, o filósofo consegue que o jovem escravo demonstre sozinho um difícil teorema de geometria (o teorema de Pitágoras). As verdades matemáticas vão surgindo no espírito do escravo à medida que Sócrates vai-lhe fazendo perguntas e vai raciocinando com ele.

Como isso seria possível, indaga Platão, se o escravo não houvesse nascido com a razão e com os princípios da racionalidade? Como dizer que conseguiu demonstrar o teorema por um aprendizado vindo da experiência, se ele jamais ouvira falar de geometria?

Em *A República*, Platão desenvolve uma teoria que já fora esboçada no *Mênon*: a teoria da reminiscência. Nascemos com a razão e as ideias verdadeiras, e a Filosofia nada mais faz do que nos relembrar essas ideias.

Platão é um grande escritor e usa em seus escritos um procedimento literário que o auxilia a expor as teorias muito difíceis. Assim, para explicar a teoria da reminiscência, narra o mito de Er.

O pastor Er, da região da Panfília, morreu e foi levado para o Reino dos Mortos. Ali chegando, encontra as almas dos heróis gregos, de governantes, de artistas, de seus antepassados e amigos. Ali, as almas contemplam a verdade e possuem o conhecimento verdadeiro.

Er fica sabendo que todas as almas renascem em outras vidas para se purificarem de seus erros passados até que não precisem mais voltar à Terra, permanecendo na eternidade. Antes de voltar ao nosso mundo, as almas podem escolher a nova vida que terão. Algumas escolhem a vida de rei, outras de guerreiro, outras de comerciante rico, outras de artista, de sábio.

No caminho de retorno à Terra, as almas atravessam uma grande planície por onde corre um rio, o Lethé (que, em grego, quer dizer esquecimento), e bebem de suas águas. As que bebem muito esquecem toda a verdade que contemplaram; as que bebem pouco quase não se esquecem do que conheceram.

As que escolheram vidas de rei, de guerreiro ou de comerciante rico são as que mais bebem das águas do esquecimento; as que escolheram a sabedoria são as que menos bebem. Assim, as primeiras dificilmente (talvez nunca) se lembrarão, na nova vida, da

verdade que conheceram, enquanto as outras serão capazes de lembrar e ter sabedoria, usando a razão.

Conhecer, diz Platão, é recordar a verdade que já existe em nós; é despertar a razão para que ela se exerça por si mesma. Por isso, Sócrates fazia perguntas, pois, através delas, as pessoas poderiam lembrar-se da verdade e do uso da razão. Se não nascêssemos com a razão e com a verdade, indaga Platão, como saberíamos que temos uma ideia verdadeira ao encontrá-la? Como poderíamos distinguir o verdadeiro do falso, se não nascêssemos conhecendo essa diferença?

O mito da caverna

Imaginemos uma caverna subterrânea onde, desde a infância, geração após geração, seres humanos estão aprisionados. Suas pernas e seus pescoços estão algemados de tal modo que são forçados a permanecer sempre no mesmo lugar e a olhar apenas para frente, não podendo girar a cabeça nem para trás nem para os lados. A entrada da caverna permite que alguma luz exterior ali penetre, de modo que se possa, na semi-obscuridade, enxergar o que se passa no interior.

A luz que ali entra provém de uma imensa e alta fogueira externa. Entre ela e os prisioneiros - no exterior, portanto - há um caminho ascendente ao longo do qual foi erguida uma mureta, como se fosse a parte fronteira de um palco de marionetes. Ao longo dessa mureta-palco, homens transportam estatuetas de todo tipo, com figuras de seres humanos, animais e todas as coisas.

Por causa da luz da fogueira e da posição ocupada por ela, os prisioneiros enxergam na parede do fundo da caverna as sombras das estatuetas transportadas, mas sem poderem ver as próprias estatuetas, nem os homens que as transportam.

Como jamais viram outra coisa, os prisioneiros imaginam que as sombras vistas são as próprias coisas. Ou seja, não podem saber que são sombras, nem podem saber que são imagens (estatuetas de coisas), nem que há outros seres humanos reais fora da caverna. Também não podem saber que enxergam porque há a fogueira e a luz no exterior e imaginam que toda luminosidade possível é a que reina na caverna.

Que aconteceria, indaga Platão, se alguém libertasse os prisioneiros? Que faria um prisioneiro libertado? Em primeiro lugar, olharia toda a caverna, veria os outros seres humanos, a mureta, as estatuetas e a fogueira. Embora dolorido pelos anos de imobilidade, começaria a caminhar, dirigindo-se à entrada da caverna e, deparando com o caminho ascendente, nele adentraria.

Num primeiro momento, ficaria completamente cego, pois a fogueira na verdade é a luz do sol e ele ficaria inteiramente ofuscado por ela. Depois, acostumando-se com a claridade, veria os homens que transportam as estatuetas e, prosseguindo no caminho, enxergaria as próprias coisas, descobrindo que, durante toda sua vida, não vira senão

sombras de imagens (as sombras das estatuetas projetadas no fundo da caverna) e que somente agora está contemplando a própria realidade.

Libertado e conhecedor do mundo, o prisioneiro regressaria à caverna, ficaria desorientado pela escuridão, contaria aos outros o que viu e tentaria libertá-los.

Que lhe aconteceria nesse retorno? Os demais prisioneiros zombariam dele, não acreditariam em suas palavras e, se não conseguissem silenciá-lo com suas caçoadas, tentariam fazê-lo espancando-o e, se mesmo assim, ele teimasse em afirmar o que viu e os convidasse a sair da caverna, certamente acabariam por matá-lo. Mas, quem sabe, alguns poderiam ouvi-lo e, contra a vontade dos demais, também decidissem sair da caverna rumo à realidade.

O que é a caverna? O mundo em que vivemos. Que são as sombras das estatuetas? As coisas materiais e sensoriais que percebemos. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz exterior do sol? A luz da verdade. O que é o mundo exterior? O mundo das ideias verdadeiras ou da verdadeira realidade. Qual o instrumento que liberta o filósofo e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A dialética. O que é a visão do mundo real iluminado? A Filosofia. Por que os prisioneiros zombam, espancam e matam o filósofo (Platão está se referindo à condenação de Sócrates à morte pela assembleia ateniense)? Porque imaginam que o mundo sensível é o mundo real e o único verdadeiro.

* * *

Esta construção platônica é muito importante para a sustentação de seu edifício filosófico que se assenta sobre essa dualidade de mundos. Da mesma forma, e por extensão, Platão transpõe este modelo para os níveis do conhecimento estabelecendo quatro níveis básicos:

- a) **Doxa** – Opinião: mais próximo ao mundo sensível constrói-se a partir das crenças e universo imaginário, sem que haja verificação ou aprofundamento. Conhecimento corriqueiro que se ocupa do mundo aparente, imediato;
- b) **Tekne** – Técnica: tem por objeto as situações práticas que envolvem o humano, demonstrando um saber fazer validado pelas experiências anteriores e que atende a situações que envolvem a práxis humana;
- c) **Episteme** – Ciência: procura estabelecer relações de causalidade entre os objetos, postulando leis internas que retratam as estruturas mais originárias dos objetos físicos;
- d) **Teoria** – Teoria: representa a esfera mais profunda do conhecimento e coincide com o conhecimento das ideias que são materializadas nos objetos do mundo sensível. Obtido através da contemplação e reservado aos filósofos.

Se pudéssemos transpor esta estrutura de Platão para o mundo tal como o percebemos teríamos algo semelhante à figura abaixo.

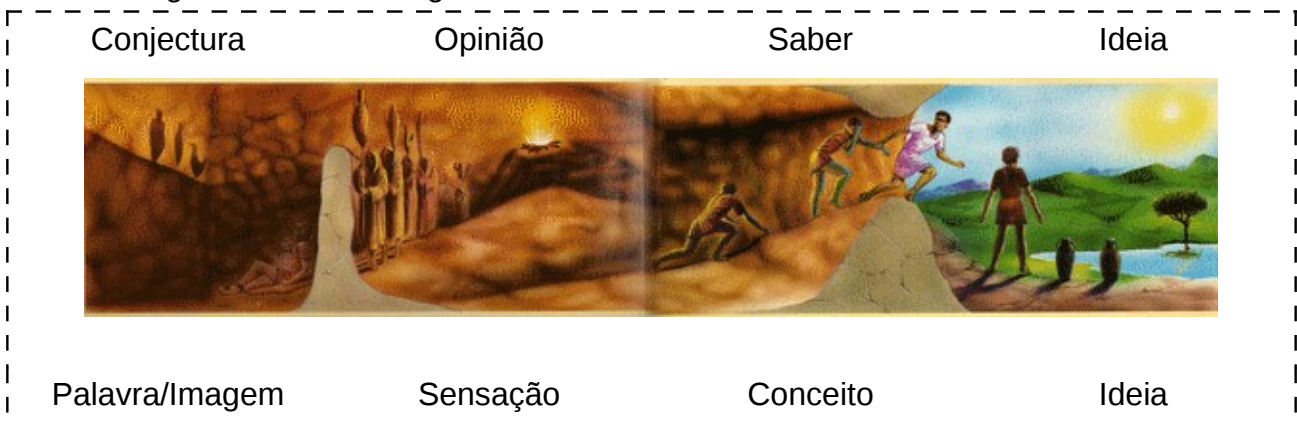


Ilustração 2: Quatro níveis de conhecimento propostos por Platão

Platão tem sua importância na medida em que sua compreensão de mundo implicou uma ampliação da sua visão de homem, diretamente proporcional a sua visão de mundo. A gradação de conhecimento proposta por ele tem sua importância na medida em que sua compreensão de mundo implicou uma ampliação da sua visão de homem, diretamente proporcional a sua visão de mundo. A gradação de conhecimento proposta por ele: opinião (*doxa*) ↔ arte (*teckne*) ↔ ciência (*episteme*) ↔ teoria (*theoria*), implicou também numa diversidade de papéis sociais. Temos homens comuns (os que lutam pela sobrevivência); temos os que dominam uma arte (artesãos); temos os que conhecem as coisas como se apresentam (cientistas) e temos, por último, aqueles que são capazes de conhecer as coisas em sua essência mesma (filósofos). Deste espectro temos toda uma concepção de organização social que é decorrente. O filósofo ocupa assim o lugar de destaque na escala platônica e é o mais indicado a governar a polis, pois só ele conhece as formas puras.

Segundo Platão, a alma é anterior ao corpo, e antes de aprisionar-se nele, pertenceu ao mundo das ideias. Sua natureza é tripartida: no nível inferior, está a alma sensível, morada dos desejos e das paixões, à qual corresponde a virtude da moderação ou temperança; vem em seguida a alma irascível, que impele à ação e ao valor; sobre elas está a alma racional, que pertence à ordem inteligível e permite ao homem recordar sua existência anterior (teoria da reminiscência) e aceder ao mundo das ideias, mediante o cultivo da filosofia. A alma superior é imortal e retornará à esfera das ideias após a morte do corpo. Tais faculdades ou capacidades da alma se relacionam harmoniosamente por meio da virtude mais importante-- o sentimento de justiça -- e constituem aspectos de uma única e mesma realidade (EF, sobre Platão)

A contribuição de Platão também pode ser estendida ao universo moral, pois ele

apresenta indícios importantes sobre isto. Da concepção sobre a alma e as paixões que habitam os homens decorre também o seu conceito de justiça. Os três níveis da alma implicam também em três figuras que participarão ativamente da vida política:

A justiça consiste na relação harmônica entre as partes, sob o cuidado da razão. Por isso, Platão sugeriu em *A república*, obra em que expõe suas ideias políticas, filosóficas, estéticas e jurídicas, um estado composto por três estamentos: (1) os regentes filósofos, sob o predomínio da alma racional; (2) os guerreiros guardiães, defensores do estado e cujos valores residem na alma irascível; (3) e a classe inferior dos produtores, regidos pela alma sensível, controlados mediante a temperança (EF, sobre Platão).

O status da razão é trazido ao primeiro plano e ganha destaque, opondo-se firmemente ao modelo sofista. A racionalidade humana é então amplificada. O homem racional deve ser capaz de governar suas paixões e atingir a plenitude mediante a contemplação das ideias puras. A vida política é valorizada, mas sob o prisma da razão. O homem utilitarista cede lugar para o lógico. O *zoon logikon* está instaurado de maneira inequívoca e constitui a essência do humano.

Ética Platônica		
Platão (427-327?)	Dualismo: mundo sensível e mundo inteligível;	Bem atinge-se por contemplação do mundo das ideias;
	Tensão necessidades racionais e as necessidades corporais;	Polis como espaço privilegiado para a realização integral do homem;
	Na <i>República</i> defende a figura do legislador perfeito como sendo o filósofo rei;	Governantes = razão = prudência; Guerreiros = vontade = fortaleza; Artesãos = subsistência = temperança

Tabela 2: Ética Platônica

Percebemos, de maneira muito explícita, que a teoria do conhecimento proposta por Platão contamina a sua ética e, conseqüentemente, sua concepção de homem. A vida na pólis, com suas novas exigências favorece a instauração em definitivo do pensar filosófico como critério de posicionamento diante do mundo e de si mesmo.

4.3 Aristóteles

A perspectiva de Aristóteles continua o caminho empreendido por Platão, mas apresenta outras nuances. Ao mundo ideal de Platão, Aristóteles dá primazia ao mundo real. Não se trata apenas de contrapor as ideias à realidade, mas sim de tomar o mundo real como ponto de partida válido para as ações humanas. Do idealismo platônico chegamos ao realismo aristotélico. Mas não nos esqueçamos que Aristóteles não prescinde dos conceitos, ao contrário, postula sua natureza inerente aos seres. Além da realidade aparente existe uma essência que é constitutiva da realidade. As categorias de

substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, ação e paixão constituem diretrizes abrangentes capazes de fornecer instrumental seguro para avaliação de todos os seres.

A preocupação de Aristóteles com o mundo da práxis – em contraposição ao mundo da teoria – produziu uma grande quantidade de textos acerca da vida individual e política do humano. Ao *zoon logikon* Aristóteles privilegia o *zoon politikon*. Esta alteração de foco traz consequências para o modelo de homem adotado por Aristóteles. Aquele é dotado de uma faculdade interna (razão) que permite guiá-lo em sua participação na vida social da comunidade (polis). A síntese pretendida pela filosofia desde o seu nascimento atinge o auge. O homem vive em sociedade mediante uma conduta pautada pela razão.

Aristóteles foi o primeiro filósofo a distinguir a ética da política, centrada a primeira na ação voluntária e moral do indivíduo enquanto tal, e a segunda, nas vinculações deste com a comunidade. Dotado de logos, "palavra", isto é, de comunicação, o homem é um animal político, inclinado a fazer parte de uma polis, a "cidade" enquanto sociedade política. A cidade precede assim a família, e até o indivíduo, porque responde a um impulso natural. Dos círculos em que o homem se move, a família, a tribo, a polis, só esta última constitui uma sociedade perfeita. Daí serem políticas, de certo modo, todas as relações humanas. A polis é o fim (télos) e a causa final da associação humana. Uma forma especial de amizade, a concórdia, constitui seu alicerce (EF, sobre Aristóteles)

Os estudos sobre ética, política, alma, condutas humanas e as relações homem/mundo são capazes de fornecer subsídios importante para o homem em geral. A preocupação aristotélica não circunscreve-se apenas nesta busca abstrata, mas atinge as situações mais cotidianas da vida social onde este mesmo homem está inscrito.

Por sua vez, Aristóteles adapta o mundo platônico ao seu materialismo sustentando que as ideias não estão em um mundo diferente do mundo sensível. Mas, pelo contrário, a ideia está presente na própria substância, fazendo com que o inteligível esteja presente no sensível. Mediante o uso de abstrações formais – daí a grande importância que Aristóteles atribuiu ao estudo da lógica – o homem é capaz de canalizar a multiplicidade de suas experiências para a constituição da substância que perpassa todos os objetos. O processo de conhecimento em Aristóteles alcança êxito na medida em que o sujeito é capaz de depurar o objeto de seus acidentes acessando o plano da substância. Daí a importância da busca pelas estruturas internas do objeto sem deixar iludir-se pelas aparências. Esta construção aristotélica constitui a sua metafísica. A metafísica pode ser entendida como o mundo que está além da física (superando o aparente, o superficial). Este é o mundo das essências, o mundo do ser. A expressão carrega um certo preconceito, pois como trata de instâncias não visíveis sempre foi vista como um certo devaneio, uma abstração que escapa ao real. Mas precisamos salientar aqui a importância da metafísica aristotélica para a constituição das ciências modernas. Isto porque, o universo conceitual e a metodologia de investigação assumida por ele são de muita solidez. A este respeito vale retomar aqui a síntese que Chauí (2000) faz sobre este

tema apresentando seus conceitos básicos.

Texto 4 – Metafísica de Aristóteles

O estudo da metafísica aristotélica demanda muito fôlego. Este texto abaixo encontra-se na Unidade 6, do capítulo 2 da obra *Convite à filosofia* de Marilena Chauí que trata desta questão de maneira bem apropriada.

Os principais conceitos da metafísica aristotélica

De maneira muito breve e simplificada, os principais conceitos da metafísica aristotélica (e que se tornarão as bases de toda a metafísica ocidental) podem ser assim resumidos:

- **primeiros princípios:** são os três princípios que estudamos na lógica, isto é, identidade, não-contradição e terceiro excluído. Os princípios lógicos são ontológicos porque definem as condições sem as quais um ser não pode existir nem ser pensado; os primeiros princípios garantem, simultaneamente, a realidade e a racionalidade das coisas;

- **causas primeiras:** são aquelas que explicam o que a essência é e também a origem e o motivo da existência de uma essência. Causa (para os gregos) significa não só o porquê de alguma coisa, mas também o o que e o como uma coisa é o que ela é. As causas primeiras nos dizem o que é, como é, por que é e para que é uma essência. São quatro as causas primeiras:

1. causa material, isto é, aquilo de que uma essência é feita, sua matéria (por exemplo, água, fogo, ar, terra);

2. causa formal, isto é, aquilo que explica a forma que uma essência possui (por exemplo, o rio ou o mar são formas da água; mesa é a forma assumida pela matéria madeira com a ação do carpinteiro; margarida é a forma que a matéria vegetal possui na essência de uma flor determinada, etc.);

3. causa eficiente ou motriz, isto é, aquilo que explica como uma matéria recebeu uma forma para constituir uma essência (por exemplo, o ato sexual é a causa eficiente que faz a matéria do espermatozoide e do óvulo receber a forma de um novo animal ou de uma criança; o carpinteiro é a causa eficiente que faz a madeira receber a forma da mesa; o fogo é a causa eficiente que faz os corpos frios tornarem-se quentes, etc.); e

4. a causa final, isto é, a causa que dá o motivo, a razão ou finalidade para alguma coisa existir e ser tal como ela é (por exemplo, o bem comum é a causa final da política, a felicidade é a causa final da ação ética; a flor é a causa final da semente transformar-se em árvore; o Primeiro Motor Imóvel é a causa final do movimento dos seres naturais, etc.).

- matéria: é o elemento de que as coisas da Natureza, os animais, os homens, os artefatos são feitos; sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si

mesma possibilidades de transformação, isto é, de mudança;

- forma: é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares; sua principal característica é ser aquilo que uma essência é num determinado momento, pois a forma é o que atualiza as virtualidades contidas na matéria;
- potência: é o que está contido numa matéria e pode vir a existir, se for atualizado por alguma causa; por exemplo, a criança é um adulto em potência ou um adulto em potencial; a semente é a árvore em potência ou em potencial;
- ato: é a atualidade de uma matéria, isto é, sua forma num dado instante do tempo; o ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o ato da semente, o adulto é o ato da criança, a mesa é o ato da madeira, etc. Potência e matéria são idênticos, assim como forma e ato são idênticos. A matéria ou potência é uma realidade passiva que precisa do ato e da forma, isto é, da atividade que cria os seres determinados;
- essência: é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma, unidade que lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ela é. Assim, por exemplo, um ser humano é por essência ou essencialmente um animal mortal racional dotado de vontade, gerado por outros semelhantes a ele e capaz de gerar outros semelhantes a ele, etc.;
- acidente: é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio. Por exemplo, um ser humano é racional ou mortal por essência, mas é baixo ou alto, gordo ou magro, negro ou branco, por acidente. A humanidade é a essência essencial (animal, mortal, racional, voluntário), enquanto o acidente é o que, existindo ou não existindo, nunca afeta o ser da essência (magro, gordo, alto, baixo, negro, branco). A essência é o universal; o acidente, o particular;
- substância ou sujeito: é o substrato ou o suporte onde se realizam a matéria-potência, a forma-ato, onde estão os atributos essenciais e acidentais, sobre o qual agem as quatro causas (material, formal, eficiente e final) e que obedece aos três princípios lógico-ontológicos (identidade, não-contradição e terceiro excluído); em suma, é o Ser. Aristóteles usa o conceito de substância em dois sentidos: num primeiro sentido, substância é o sujeito individual (Sócrates, esta mesa, esta flor, Maria, Pedro, este cão, etc.); num segundo sentido, a substância é o gênero ou a espécie a que o sujeito individual pertence (homem, grego; animal, bípede; vegetal, erva; mineral, ferro; etc.).

No primeiro sentido, a substância é um ser individual existente; no segundo é o conjunto das características gerais que os sujeitos de um gênero e de uma espécie possuem. Aristóteles fala em substância primeira para referir-se aos seres ou sujeitos individuais realmente existentes, com sua essência e seus acidentes (por exemplo, Sócrates); e em substância segunda para referir-se aos sujeitos universais, isto é, gêneros e espécies que não existem em si e por si mesmos, mas só existem encarnados nos indivíduos, podendo, porém, ser conhecidos pelo pensamento. Assim, por exemplo, o gênero “animal” e as

espécies “vertebrado”, “mamífero” e “humano” não existem em si mesmos, mas existem em Sócrates ou através de Sócrates.

O gênero é um universal formado por um conjunto de propriedades da matéria e da forma que caracterizam o que há de comum nos seres de uma mesma espécie. A espécie também é um universal formado por um conjunto de propriedades da matéria e da forma que caracterizam o que há de comum nos indivíduos semelhantes. Assim, o gênero é formado por um conjunto de espécies semelhantes e as espécies, por um conjunto de indivíduos semelhantes. Os indivíduos ou substâncias primeiras são seres realmente existentes; os gêneros e as espécies ou substâncias segundas são universalidades que o pensamento conhece através dos indivíduos;

- predicados: são as oito categorias que vimos no estudo da lógica e que também são ontológicas, porque se referem à estrutura e ao modo de ser da substância ou da essência. Em outras palavras, os predicados atribuídos a uma substância ou essência são constitutivos de seu ser e de seu modo de ser, pois toda realidade pode ser conhecida porque possui qualidades (mortal, imortal, finito, infinito, bom, mau, etc.), quantidades (um, muitos, alguns, pouco, muito, grande, pequeno), relaciona-se com outros (igual, diferente, semelhante, maior, menor, superior, inferior), está em algum lugar (aqui, ali, perto, longe, no alto, embaixo, em frente, atrás, etc.), está no tempo (antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã, de dia, de noite, sempre, nunca), realiza ações ou faz alguma coisa (anda, pensa, dorme, corta, cai, prende, cresce, nasce, morre, germina, frutifica, floresce, etc.) e sofre ações de outros seres (é cortado, é preso, é morto, é quebrado, é arrancado, é puxado, é atraído, é levado, é curado, é envenenado, etc.).

As categorias ou predicados podem ser essenciais ou acidentais, isto é, podem ser necessários e indispensáveis à natureza própria de um ser, ou podem ser algo que um ser possui por acaso ou que lhe acontece por acaso, sem afetar sua natureza.

Tomemos um exemplo. Se eu disser “Sócrates é homem”, necessariamente terei que lhe dar os seguintes predicados: mortal, racional, finito, animal, pensa, sente, anda, reproduz, fala, adoece, é semelhante a outros atenienses, é menor do que uma montanha e maior do que um gato, ama, odeia. Acidentalmente, ele poderá ter outros predicados: é feio, é baixo, é diferente da maioria dos atenienses, é casado, conversou com Laques, esteve no banquete de Agáton, esculpiu três estátuas, foi forçado a envenenar-se pelo tribunal de Atenas.

Se nosso exemplo, porém, fosse uma substância genérica ou específica, todos os predicados teriam de ser essenciais, pois o acidente é o que acontece somente para o indivíduo existente e o gênero e a espécie são universais que só existem no pensamento e encarnados nas essências individuais.

Com esse conjunto de conceitos forma-se o quadro da ontologia ou metafísica aristotélica como explicação geral, universal e necessária do Ser, isto é, da realidade. Esse quadro conceitual será herdado pelos filósofos posteriores, que problematizarão alguns de seus

aspectos, estabelecerão novos conceitos, suprimirão alguns outros, desenvolvendo o que conhecemos como metafísica ocidental.

A metafísica aristotélica inaugura, portanto, o estudo da estrutura geral de todos os seres ou as condições universais e necessárias que fazem com que exista um ser e que possa ser conhecido pelo pensamento. Afirma que a realidade no seu todo é inteligível ou conhecível e apresenta-se como conhecimento teórico da realidade sob todos os seus aspectos gerais ou universais, devendo preceder as investigações que cada ciência realiza sobre um tipo determinado de ser.

A metafísica investiga:

- aquilo sem o que não há seres nem conhecimento dos seres: os três princípios lógico-ontológicos (identidade, não-contradição e terceiro excluído) e as quatro causas (material, formal, eficiente e final);
- aquilo que faz um ser ser necessariamente o que ele é: matéria, potência, forma e ato;
- aquilo que faz um ser ser necessariamente como ele é: essência e predicados ou categorias;
- aquilo que faz um ser existir como algo determinado: a substância individual (substância primeira) e a substância como gênero ou espécie (substância segunda).

É isto estudar “o Ser enquanto Ser”.

* * *



Aplicando a metafísica de Aristóteles

Na figura ao lado você pode ver como Aristóteles aplicava sua metafísica ao cotidiano. Imagine a estátua em mármore *Vitória de Samotrácia*. Teremos então:

- 1) **Causa material:** o mármore;
- 2) **Causa formal:** a modelo;
- 3) **Causa eficiente:** o escultor;
- 4) **Causa final:** ser exibida.

Tabela 3: Metafísica aristotélica aplicada ao cotidiano.

Concluindo...

Podemos apontar algumas conclusões importantes a respeito da antropologia proposta por Sócrates, Platão e Aristóteles. São elas:

1. Instaure-se, definitivamente, a concepção de uma consciência racional da qual todos os homens são dotados;
2. Continua em evidência a compreensão dos elementos que envolvem a vida política, mas a razão é chamada a ocupar o papel de orientadora das ações humanas;
3. O passional e o que pertence ao mundo sensitivo fica desvalorizado em favor de uma razão teórica. O mundo ganha os contornos apolíneos e perde a força dionisíaca;
4. O homem do período é racional e político.

4.4 Os epicuristas e estoicistas

Em termos históricos podemos notar um período de turbulências na filosofia grega depois do ápice atingido com os três grandes clássicos (Sócrates, Platão e Aristóteles). As mudanças no cenário sócio-político, a involução da cidade estado e a ampliação para o mundo helênico em detrimento da pólis clássica, associados à fragmentação da filosofia através de diferentes escolas, fez com que houvesse uma certa pulverização e consequente pluralidade no discurso acerca do mundo e dos objetos de que se ocupava a própria filosofia.

Mas podemos destacar duas escolas que foram significativas neste período pós-aristotélico: a escola epicurista e a escola estoicista. Ambas fundadas por volta do ano 300 a.C. Na cidade de Atenas.

A escola epicurista – também conhecida como Jardim – foi fundada por Epicuro (341 – 270 a.C.). Também conhecida como hedonista¹⁰ tinha como preocupação traçar os princípios segundos os quais o homem deveria pautar sua conduta. Padrões de conduta e princípios morais constituem o sustentáculo do edifício conceitual da filosofia dos epicuristas. Consultando o verbete Epicuro na *Enciclopédia de Filosofia* encontramos:

Os princípios enunciados por Epicuro e praticados pela comunidade epicurista resumem-se em evitar a dor e procurar os prazeres moderados, para alcançar a sabedoria e a felicidade. Cultivar a amizade, satisfazer as necessidades imediatas,

10 Do Gr. *Hedoné*, prazer. Sistema filosófico que considerava o prazer como único fim da vida; doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. Fonte: PRIBERAN.

manter-se longe da vida pública e rejeitar o medo da morte e dos deuses são algumas das fórmulas práticas recomendadas por Epicuro para atingir a ataraxia, estado que consiste em conservar o espírito imperturbável diante das vicissitudes da vida (EF, sobre Epicuro).

A cosmologia de Epicuro sustenta, da mesma forma que Demócrito, que o universo é formado por átomos em constante movimento, sendo presente em todos os corpos. Sua teoria do conhecimento “é inteiramente empírica, dependendo ela em tudo de processos naturais e causais que afetam os órgãos dos sentidos” (Hamlyn, [s.d.]). Sensações de prazer e dor são causadas por esta movimentação, como tudo o mais que existe no mundo. Mediante o uso dos sentidos o conhecimento pode ser produzido sendo imprescindível a observação acerca da natureza.

A tensão constante entre o prazer e a dor constituem um fio condutor sobre o qual é construído o sistema epicurista. Partindo de uma observação simples acerca dos fenômenos que os homens experimentam Epicuro atribui a existência do prazer e da dor a situações corriqueiras. A busca do prazer como forma de superação da dor é uma aspiração legítima e deve ser objeto dos desejos humanos. Mas devemos atentar para o fato de que existem prazeres naturais e não necessários, da mesma forma que existem os prazeres necessários e que só são conquistados mediante o esforço e a virtude.

A verdadeira sabedoria só pode ser encontrada mediante a ataraxia¹¹. A supressão de toda ansiedade atua como conforto e traz a serenidade. Mas como atingir este estado de ataraxia?

Para chegar à ataraxia, o homem deve perder o medo da morte. Como corpo e alma são entidades materiais, não existem sensações boas ou más depois da morte; assim, o temor da morte não se justifica. Epicuro aceitava a existência dos deuses, mas acreditava que eles estavam muito afastados do mundo humano para preocupar-se com este. Logo, o homem não tem porque temer os deuses, embora possa imitar sua existência serena e beatífica.

O prazer sensorial converteu-se na única via de acesso à ataraxia. Esse prazer, porém, não consiste numa busca ativa da sensualidade e do gozo corporal desenfreado, como interpretaram erroneamente outras escolas filosóficas e também o cristianismo, mas baseia-se no afastamento das dores físicas e das perturbações da alma (EF, sobre Epicuro).

Olhando sob este prisma percebemos que a proposta do epicurismo não pode ser associada a um hedonismo desregrado, mas exige superação e ascese. Seguindo a máxima de Epicuro ele próprio recomenda um tetrafármaco¹² que deve ser perseguido por todos. Sustenta ele que “O bem é fácil de conseguir, o mal é fácil de suportar, a morte não

11 Do Gr. a, privação. + taraxé, emoção. Ausência de emoções. *Fonte*: PRIBERAN.

12 Cumpre observar que a expressão fármaco originalmente assumia a função de um duplo, pois significava tanto o veneno quanto o remédio. As duas acepções do termo eram utilizadas.

deve ser temida, os deuses não são temíveis” (EF, sobre Epicuro).

Da mesma forma que a escola epicurista tinha uma preocupação marcadamente moral, a escola estoicista também apontava nesta direção porém, fazendo um recorte diferente. Seu fundador foi Zenão de Cicio (334 – 264 a.C.)¹³. Sua escola leva o nome do local (Stoà) onde ele se reunia com seus discípulos.

Epistemologicamente todo o sistema estoicista partia do pressuposto de que existe uma racionalidade que permeia o universo e a mente humana, conferindo a ambos sua estrutura. Afirma Hamlyn [s.d.] que a física estoicista defende a ideia que

O corpo é determinado pela matéria e pela forma, esta última fornecendo os princípios racionais das coisas – “os princípios seminais”, como eram amiúde chamados. Eles constituíam a alma do mundo – referida como pneuma (alento, ou espírito) -, de modo que o mundo em geral tem que ser visto como vivo e orgânico. (HAMLYN, [s.d.]

Consequente com esta perspectiva, o sistema moral proposto pelo estoicismo exige que o homem proceda suas ações baseado no uso da razão, posto que esta equaciona as relações do homem com o cosmos e os outros homens.

A moral proposta sugere que o homem busque superar as dificuldades que a vida lhe propõe,

A doutrina ética, como forma de ajudar o indivíduo a aceitar a adversidade, representou o principal apelo do estoicismo nesse período. O homem deve viver de acordo com a razão e ser indiferente a desejos e paixões. A verdadeira felicidade não está no sucesso material, mas na busca da virtude. Alegrias e infortúnios devem ser igualmente aceitos, porque seguem o ritmo natural do universo (EF, sobre o Estoicismo).

Esta perspectiva moral encontra respaldo no princípio de causalidade que o estoicismo afirma permear o próprio mundo. As coisas como um todo fazem parte de um *continuum* sempre sofrendo a influência de relações causais. Assim, a boa vida era aquela que ocorria em conformidade com os ditames da natureza. Mas vale lembrar que a grande característica da natureza é a racionalidade. Por isto, tudo aquilo que é conforme a razão é tido como bom e deve ser praticado e, o seu oposto, por conseguinte, evitado. Mas o homem comum não possui o mesmo discernimento do sábio. Desta forma, afirma Hamlyn [s.d.] que “o ideal estoico pode ser também caracterizado como *apatheia* (ausência de paixões)” devendo ser praticado por todos de forma indistinta. Nesta perspectiva, o homem pode ser considerado cidadão do mundo, não dependendo de nenhum grupo que estabeleça seus códigos morais, pois o parâmetro é a razão universal.

Podemos verificar que historicamente a perspectiva do estoicismo encontrará respaldo no cristianismo paulino da igreja cristã primitiva, bem como, entre intelectuais romanos. Esta opção condenou ao ostracismo a dimensão corpórea do homem sendo esta entendida

13 Não confundir com Zenão (495-430 a.C.) de Eleia, seguidor de Parmênides.

como algo menor que a alma. As consequências desta opção vão repercutir por toda a idade média e período posterior, só sendo resgatada na contemporaneidade.

Um outro ocidente

Como seria a história do ocidente se, no embate entre epicurismo e estoicismo, a perspectiva de Epicuro tivesse sido adotada?

5. A patrística e a escolástica

O período que sucedeu ao apogeu grego experimentou duas mudanças significativas. Uma primeira, de ordem espacial na medida em que amplia os territórios gregos para regiões do sul da Europa e norte da África e, uma segunda, que consiste na mudança do paradigma antropocêntrico para o teocêntrico. Vejamos o que diz Marilena Chauí sobre este período:

Inicia-se com as Epístolas de São Paulo e o Evangelho de São João e termina no século VIII, quando teve início a Filosofia medieval.

A patrística resultou do esforço feito pelos dois apóstolos intelectuais (Paulo e João) e pelos primeiros Padres da Igreja para conciliar a nova religião - o Cristianismo - com o pensamento filosófico dos gregos e romanos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer os pagãos da nova verdade e convertê-los a ela. A Filosofia patrística liga-se, portanto, à tarefa religiosa da evangelização e à defesa da religião cristã contra os ataques teóricos e morais que recebia dos antigos.

Divide-se em patrística grega (ligada à Igreja de Bizâncio) e patrística latina (ligada à Igreja de Roma) e seus nomes mais importantes foram: Justino, Tertuliano, Atenágoras, Orígenes, Clemente, Eusébio, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzo, São João Crisóstomo, Isidoro de Sevilha, Santo Agostinho, Beda e Boécio (CHAUÍ, 2000)

Cumprido ressaltar aqui o caráter missionário de que este período se revestiu. O cristianismo, enquanto elemento estruturante e, ao mesmo tempo, a mudança na finalidade do conhecimento, reordena toda a produção filosófica em função dos novos interesses. Ao mesmo tempo, seus pensadores não eram homens públicos, mas homens que se ocupavam das tarefas eclesásticas numa estrutura hierárquica da igreja. Continuando,

A patrística foi obrigada a introduzir ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo, de pecado original, de Deus como trindade una, de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos, etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, já que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade. Introduziu, sobretudo com Santo Agostinho e Boécio, a ideia de "homem interior", isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio, pelo qual o homem se torna responsável pela existência do mal no mundo.

Para impor as ideias cristãs, os Padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus (através da Bíblia e dos santos) que, por serem decretos divinos, seriam dogmas, isto é, irrefutáveis e inquestionáveis. Com isso, surge uma distinção, desconhecida pelos antigos, entre verdades reveladas ou da fé e verdades da razão ou humanas, isto é, entre verdades sobrenaturais e verdades naturais, as primeiras introduzindo a noção de conhecimento recebido por uma

graça divina, superior ao simples conhecimento racional. Dessa forma, o grande tema de toda a Filosofia patrística é o da possibilidade de conciliar razão e fé, e, a esse respeito, havia três posições principais:

1. Os que julgavam fé e razão irreconciliáveis e a fé superior à razão (diziam eles: “Creio porque absurdo”).
2. Os que julgavam fé e razão conciliáveis, mas subordinavam a razão à fé (diziam eles: “Creio para compreender”).
3. Os que julgavam razão e fé irreconciliáveis, mas afirmavam que cada uma delas tem seu campo próprio de conhecimento e não devem misturar-se (a razão se refere a tudo o que concerne à vida temporal dos homens no mundo; a fé, a tudo o que se refere à salvação da alma e à vida eterna futura).

Abrange pensadores europeus, árabes e judeus. É o período em que a Igreja Romana dominava a Europa, ungia e coroava reis, organizava Cruzadas à Terra Santa e criava, à volta das catedrais, as primeiras universidades ou escolas. E, a partir do século XII, por ter sido ensinada nas escolas, a Filosofia medieval também é conhecida com o nome de Escolástica.

Aqui vemos claramente uma reorganização dos objetos de que se ocupava a filosofia do período, bem como, uma proposição de novos recursos metodológicos capazes de abordar a problemática emergente. Isto significava uma mudança significativa no modus operandi da filosofia. Os estudos a respeito de Deus ganham espaço e subordinam o instrumental filosófico aos seus propósitos. Porém, com um ingrediente novo até em então estranho à filosofia: a fé.

Transcorridos aproximados 800 anos – da morte de Aristóteles em 322 a.C. até os Séc. V e VI – este era basicamente o universo do qual se ocupava a filosofia e no qual estava inserida. Com a ampliação dos horizontes geográficos para regiões centrais da Europa, o fortalecimento da estrutura eclesiástica e monárquica, o panorama muda, mas as diretrizes permanecem sob a autoridade religiosa. Historicamente dizemos que o período patrístico termina e tem sua continuidade no período medieval propriamente dito. Esta transição é bastante contaminada e faz parte de um mesmo movimento de consolidação do pensamento cristão em termos filosóficos.

Santo Agostinho (354 – 430) é considerado uma das referências deste período. Natural de Tagaste, uma província romana da Namídia, norte da África, Agostinho trabalhou como professor de retórica e teve contato com a filosofia através da escola neoplatônica de Plotino (205 – 270). De sua mãe recebeu a formação cristã que o permitiu galgar espaços importantes na Igreja, sendo considerado, inclusive, doutor da Igreja Católica.

O pensamento agostiniano faz uma releitura do modelo platônico, a partir do neoplatonismo. Seu contato com uma seita de cunho maniqueísta e sua posterior conversão ao cristianismo (apesar de sua formação, Agostinho não professava e tão pouco praticava os preceitos da doutrina cristã) não permitem-no realizar a transposição para o universo cristão. A dicotomia corpo/alma perpassa seu pensamento. Diz Hamlyn:

Na opinião de Agostinho, a alma era superior ao corpo, de modo que não acontece, nem mesmo na percepção, estritamente falando, que o corpo influencie a alma. A alma forma suas próprias impressões em resposta ao que acontece ao corpo e às coisas que o afetam e, nessa base, chega a seus próprios juízos (HAMLYN, sobre S. Agostinho)

Esta dualidade do homem agostiniano exige uma ruptura interna (enquanto indivíduo) e ao mesmo tempo externa (enquanto cidadão do mundo/cidadão da cidade de deus). As marcas do platonismo se fazem de forma muito presentes, mesmo porque, não podemos nos esquecer que sua formação filosófica deveu-se as influências que teve do neoplatonismo. Um dos grandes diferenciais que podemos apontar aqui é o fato do divino ocupar um papel de destaque neste sistema. Fazendo um paralelo entre a proposta platônica e a proposta agostiniana temos o mundo das ideias substituído pela “cidade de deus” e, de maneira análoga, o mundo sensível cede lugar à “cidade dos homens”. Este dualismo das duas cidades possui um elemento decisivo que permite o trânsito entre estes dois universos, aparentemente, tão contraditórios.

Tudo indica que, se o homem mutável, destrutível, é capaz de atingir verdades eternas, sua razão deve ter algo que vai além dela mesma, não se origina no homem nem no mundo externo, mas em Deus. Portanto, Deus faz parte do pensamento e o supera o tempo todo. Desse modo só pode ser achado e conhecido no fundo de cada um, no percurso que se faz de fora para dentro e das coisas inferiores para as coisas superiores. Ele não pode ser dito ou definido: é o que é, em todos os tempos e em qualquer lugar (é clara, nessa concepção, a influência de Platão, que santo Agostinho assume em vários pontos de sua obra) (EF, sobre S. Agostinho).

Aqui vemos de maneira inequívoca que Deus perpassa aquilo que havia sido considerado a essência do humano, a razão. Aqui acontece o fechamento de um ciclo. Deus presente em todos os homens individualmente, fundamento do pensamento dos próprios homens e, por força da doutrina cristã, finalidade última para a qual todos tendem.

Pessanha (1987) na biografia de Agostinho da Col. *Os Pensadores* afirma o seguinte:

Agostinho concebe a unidade divina não como vazia e inerte, mas como plena, viva e guardando dentro de si a multiplicidade. Deus compreende três pessoas iguais e consubstanciais: Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai é a essência divina em sua insondável profundidade; o Filho é o verbo, a razão ou a verdade, através da qual Deus se manifesta; o Espírito Santo é o amor, mediante o qual Deus dá nascimento a todos os seres.

E, mais à frente

A teoria da criação do mundo manifesta claramente a originalidade do pensamento cristão diante da filosofia helênica. Os gregos sempre conceberam o mundo como eterno e Deus, para eles, seria o artífice que trabalha um material incriado e é capaz de dar forma ao que sempre existiu e sempre existirá. Deus criaria apenas a ordem, transformando em cosmo o caos originário. Muito diferente é a concepção cristã formulada por Agostinho, para quem Deus, por sua própria essência trina, é

criador de todos os seres, a partir de nada além dele e como consequência apenas de seu amor infinito. Deus não seria um artista que dá forma a uma certa matéria; seria o criador de todas as formas e todas as matérias (PESSANHA, 1987).

A realização do homem passa, necessariamente, pela realização do projeto divino. Esta unidade indissociável Deus/Homem será o elemento norteador desta perspectiva. O conhecimento das verdades eternas só ocorre mediante a graça que exige a participação do intelecto humano na constituição do processo de produção do conhecimento. Complementando este processo Agostinho salienta o papel da experiência mística como mecanismo através do qual podemos chegar aos mesmos objetivos.

Os conceitos de predestinação e graça ganham destaque em sua obra e estão em conformidade com o universo conceitual platônico. O mesmo Pessanha (1987) nos mostra como isto ocorre na filosofia agostiniana. Vejamos:

O pecado é, segundo Agostinho, uma transgressão da lei divina, na medida em que a alma foi criada por Deus para reger o corpo, e o homem, fazendo mau uso do livre-arbítrio, inverte essa relação, subordinando a alma ao corpo e caindo na concupiscência e na ignorância. Voltada para a matéria, a alma acaba por secar-se pelo contato com o sensível, dando a ele o pouco de substância que lhe resta, esvaindo-se no não-ser e considerando-se a si mesma como um corpo.

No estado de decadência em que se encontra, a alma não pode salvar-se por suas próprias forças. A queda do homem é de inteira responsabilidade do livre-arbítrio humano, mas este não é suficiente para fazê-lo retornar às origens divinas. A salvação não é apenas uma questão de querer, mas de poder. E esse poder é privilégio de Deus. Chega-se, assim, à doutrina da predestinação e da graça, uma das pedras de toque do agostinismo (PESSANHA, 1987).

As tensões entre predestinação e graça, eleitos e condenados, inteligível e sensível, alma e corpo, matéria e espírito, bem e mal perpassam toda a filosofia agostiniana. De maneira bem explícita percebemos isto na obra *Cidade de Deus*.

Santo Agostinho

As duas obras que podemos destacar de Santo Agostinho são: *A Cidade de Deus* – onde ele traça o paralelismo entre o mundo terreno e o mundo celestial – e *Confissões*, que é sua obra autobiográfica.

Retomando a trajetória da filosofia medieval percebemos até aqui uma forte influência do platonismo nesta nova fase. Mas a influência dos árabes no sul da Europa e o confronto com pensadores de caráter mais empiristas exigiu uma retomada da filosofia aristotélica. Isto porque, seu instrumental oferecia soluções que o platonismo não contemplava. Continuando a contextualização proposta por Chauí temos então o seguinte panorama:

A Filosofia medieval teve como influências principais Platão e Aristóteles, embora o Platão que os medievais conhecessem fosse o neoplatônico (vindo da Filosofia

de Plotino, do século VI d.C.), e o Aristóteles que conhecessem fosse aquele conservado e traduzido pelos árabes, particularmente Avicena e Averróis.

Conservando e discutindo os mesmos problemas que a patrística, a Filosofia medieval acrescentou outros - particularmente um, conhecido com o nome de Problema dos Universais - e, além de Platão e Aristóteles, sofreu uma grande influência das ideias de Santo Agostinho. Durante esse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é, na verdade, a teologia. Um de seus temas mais constantes são as provas da existência de Deus e da alma, isto é, demonstrações racionais da existência do infinito criador e do espírito humano imortal.

A diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda), a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), O Universo como uma hierarquia de seres, onde os superiores dominam e governam os inferiores (Deus, arcanjos, anjos, alma, corpo, animais, vegetais, minerais), a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos: eis os grandes temas da Filosofia medieval.

Outra característica marcante da Escolástica foi o método por ela inventado para expor as ideias filosóficas, conhecida como disputa: apresentava-se uma tese e esta devia ser ou refutada ou defendida por argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de outros Padres da Igreja.

Assim, uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados nos vários autores. Por causa desse método de disputa - teses, refutações, defesas, respostas, conclusões baseadas em escritos de outros autores -, costuma-se dizer que, na Idade Média, o pensamento estava subordinado ao princípio da autoridade, isto é, uma ideia é considerada verdadeira se for baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida (Bíblia, Platão, Aristóteles, um papa, um santo).

Os teólogos medievais mais importantes foram: Abelardo, Duns Scoto, Escoto Erígena, Santo Anselmo, Santo Tomás de Aquino, Santo Alberto Magno, Guilherme de Ockham, Roger Bacon, São Boaventura. Do lado árabe: Avicena, Averróis, Alfarabi e Algazáli. Do lado judaico: Maimônides, Nahmanides, Yeudah bem Levi (CHAUI, 2000)

O mundo medieval subsiste até o período do renascimento que ocorrerá por volta dos Séc. XV e XVI. Em termos de tempo estamos falando de aproximados 1000 anos que causaram um impacto significativo na vida do ocidente e na trajetória da própria filosofia. Valores e conceitos veiculados neste período só serão definitivamente demolidos ao final do Séc. XIX e início do Séc. XX.

Quando observamos o conhecimento no contexto da idade média não podemos deixar de considerar um elemento que atuou de forma decisiva em sua constituição: o cristianismo. Os objetos que interessavam aos cristãos, a contribuição de paradigmas judaicos e a estrutura social ordenada a partir de uma rigorosa hierarquia trazem contornos bem específicos ao método a ser utilizado e resultados obtidos com o conhecimento neste

período.

A dissolução das *polis* gregas e a desintegração do império romano trouxe à filosofia um período de menor preocupação com a questão do conhecimento. As preocupações de ordem ética – epicuristas e estoicistas – ou mesmo a tentativa de retomada do idealismo platônico por Agostinho e Plotino, não mudaram o panorama, ou melhor, as bases sobre as quais o conhecimento era constituído. Mas o período subsequente, o período medieval merece ser analisado aqui.

Na esteira do cristianismo vemos ganhar força dois elementos até então alheios à problemática do conhecimento. Um primeiro elemento diz respeito à natureza do objeto do qual a filosofia deveria se ocupar. Refiro-me aqui ao Problema dos Universais que já vinha sendo debatido entre os filósofos da patrística. Basicamente o que está em jogo aqui é provar, mediante demonstrações racionais, a existência de Deus e da alma humana. Decorrente deste problema temos outras questões das quais a filosofia medieval se ocupou, como por exemplo, as relações entre fé e razão, corpo e alma, mas todos na mesma esteira de um mundo dicotomizado como o proposto por Platão.

Se em termos de objeto temos uma mudança, da mesma forma podemos apontar uma transformação no referencial metodológico de construção do saber. A abordagem dos novos objetos deveria ser processada mediante o método de disputas. Este método consistia em submeter uma determinada tese ou argumento ao crivo das autoridades eclesiásticas, fontes da Bíblia ou passagens da obra de Platão e Aristóteles. A concordância com estas fontes implicava na validação dos argumentos apresentados. Dito de outra forma, o critério para aceitação de um argumento estava diretamente vinculado ao princípio da autoridade independentemente de sua verificabilidade. A filosofia construída sobre estas bases ficou conhecida como escolástica.

O termo escolástica

Com o surgimento da economia mercantil nas cidades, aparecem também as escolas episcopais, urbanas, destinadas a formar o clero secular (aquele que participava da vida social) e leigos.

A palavra latina *schola* ganhou, nessa época, o significado de centro de encontro e de estudos. Vem daí o adjetivo escolástico, relativo à filosofia da época. (Fonte: *Revista Nova Escola*)

Este novo estatuto do conhecimento faz com que ocorresse uma polarização muito grande na interpretação e significação do mundo trazendo inclusive consequências práticas para a vida social e política. A fusão entre crença e razão – crer passa a ser sinônimo de entender – faz com que se proceda um deslocamento da verdade para um

outro universo inacessível ao entendimento humano. Seguindo a perspectiva que mediante a fé poderemos ver aquilo que ainda não está disponível em sua plenitude – expresso na máxima “crer é antecipar aquilo que não se vê ainda” – trazem um sentimento íntimo de certeza que valida o que se acredita, fechando um ciclo hermético e, por isso mesmo, dogmático.

O grande nome deste período é Tomás de Aquino (1225 - 1274). Sua capacidade de síntese e amplitude de sua obra foram capazes de retratar de maneira bem consistente o pensamento da época. Sua contribuição foi muito relevante e, até hoje, presta-se a embasar a doutrina católica.

A coroação da filosofia cristã atingirá seu auge com Santo Tomás de Aquino, no Séc. XIII. Italiano recebeu as influências da filosofia árabe que já tinha feito grandes incursões pela filosofia aristotélica. De maneira análoga ao ocorrido na Grécia clássica, temos o aristotelismo impondo-se à perspectiva do platonismo na idade média. A grande capacidade de síntese de Tomás tornou possível a construção de um sistema bem articulado construído sobre as bases do aristotelismo. Aproveitando-se do arcabouço teórico daquele que considerava “o filósofo” deixou uma obra bem contundente, da qual se serviu a Igreja durante muito tempo.

A preocupação de Tomás de Aquino foi demonstrar como a fé poderia contribuir de forma positiva com a razão. Esta temática é recorrente em sua obra e demandou muitos esforços para tentar superar a cisão advinda com o platonismo. A teologia figura-se como o instrumento capaz de conciliar a razão e a fé. Para ele, crer é um ato de entendimento que permite antecipar aquilo que não se vê ainda. A fé permite a adesão às verdades divinas, reveladas e ensinadas pela Igreja e que demonstram em última instância a submissão do homem ao plano divino. Sua máxima é “Sei porque acredito”.

O homem tomista encontra sua realização quando realiza em ato aquilo para o qual foi criado: voltar ao Criador. As noções de potência e ato são resgatadas e toda a tarefa do humano é conhecer e reconhecer esta natureza que possui, mediante a fé e a razão.

O homem tomista é então, necessariamente, um homem crente. Mas que não pode prescindir da razão. Todo o esforço do homem deve ser canalizado para a prática do bem ao mesmo tempo em que deve evitar o mal.

Texto 5 – Santo Tomás de Aquino

O site mundo dos filósofos apresenta uma síntese das principais teses da teoria do conhecimento tomista. Confira no texto abaixo alguns de seus conceitos fundamentais.

Diversamente do agostinianismo, e em harmonia com o pensamento aristotélico, Tomás considera a *filosofia* como uma disciplina essencialmente teorética, para resolver o

problema do mundo. Considera também a filosofia como absolutamente distinta da teologia, - não oposta - visto ser o conteúdo da teologia arcano e revelado, o da filosofia evidente e racional.

A gnosiologia tomista - diversamente da agostiniana e em harmonia com a aristotélica - é empírica e racional, sem inatismos e iluminações divinas. O conhecimento humano tem dois momentos, sensível e intelectual, e o segundo pressupõe o primeiro. O conhecimento sensível do objeto, que está fora de nós, realiza-se mediante a assim chamada espécie *sensível*. Esta é a impressão, a imagem, a forma do objeto material na alma, isto é, o objeto sem a matéria: como a impressão do sinete na cera, sem a materialidade do sinete; a cor do ouro percebido pelo olho, sem a materialidade do ouro.

O conhecimento intelectual depende do conhecimento sensível, mas transcende-o. O intelecto vê em a natureza das coisas - *intus legit* - mais profundamente do que os sentidos, sobre os quais exerce a sua atividade. Na espécie sensível - que representa o objeto material na sua individualidade, temporalidade, espacialidade, etc., mas sem a matéria - o inteligível, o universal, a essência das coisas é contida apenas implicitamente, potencialmente. Para que tal inteligível se torne explícito, atual, é preciso extrai-lo, abstrai-lo, isto é, desindividualizá-lo das condições materiais. Tem-se, deste modo, a *espécie inteligível*, representando precisamente o elemento essencial, a forma universal das coisas.

Pelo fato de que o inteligível é contido apenas potencialmente no sensível, é mister um *intelecto agente* que abstraia, desmaterialize, desindividualize o inteligível do fantasma ou representação sensível. Este intelecto agente é como que uma luz espiritual da alma, mediante a qual ilumina ela o mundo sensível para conhecê-lo; no entanto, é absolutamente desprovido de conteúdo ideal, sem conceitos diferentemente de quanto pretendia o inatismo agostiniano. E, ademais, é uma faculdade da alma individual, e não noa advém de fora, como pretendiam ainda o iluminismo agostiniano e o panteísmo averroísta. O intelecto que propriamente entende o inteligível, a essência, a ideia, feita explícita, desindividualizada pelo intelecto agente, é o *intelecto passivo*, a que pertencem as operações racionais humanas: conceber, julgar, raciocinar, elaborar as ciências até à filosofia.

Como no conhecimento sensível, a coisa sentida e o sujeito que sente, formam uma unidade mediante a espécie sensível, do mesmo modo e ainda mais perfeitamente, acontece no conhecimento intelectual, mediante a espécie inteligível, entre o objeto conhecido e o sujeito que conhece. Compreendendo as coisas, o espírito se torna todas as coisas, possui em si, tem em si mesmo imanentes todas as coisas, compreendendo-lhes as essências, as formas.

É preciso claramente salientar que, na filosofia de Tomás de Aquino, a espécie inteligível não é a coisa entendida, quer dizer, a representação da coisa (*id quod intelligitur*), pois, neste caso, conheceríamos não as coisas, mas os conhecimentos das coisas, acabando,

destarte, no fenomenismo. Mas, a espécie inteligível é o meio pelo qual a mente entende as coisas extra-mentais (é, logo, *id quo intelligitur*). E isto corresponde perfeitamente aos dados do conhecimento, que nos garante conhecermos coisas e não ideias; mas as coisas podem ser conhecidas apenas através das espécies e das imagens, e não podem entrar fisicamente no nosso cérebro.

O conceito tomista de verdade é perfeitamente harmonizado com esta concepção realista do mundo, e é justificado experimentalmente e racionalmente. A verdade lógica não está nas coisas e nem sequer no mero intelecto, mas na adequação entre a coisa e o intelecto: *veritas est adaequatio speculativa mentis et rei*. E tal adequação é possível pela semelhança entre o intelecto e as coisas, que contêm um elemento inteligível, a essência, a forma, a ideia. O sinal pelo qual a verdade se manifesta à nossa mente, é a evidência; e, visto que muitos conhecimentos nossos não são evidentes, intuitivos, tornam-se verdadeiros quando levados à evidência mediante a demonstração.

Todos os conhecimentos sensíveis são evidentes, intuitivos, e, por consequência, todos os conhecimentos sensíveis são, por si, verdadeiros. Os chamados erros dos sentidos nada mais são que falsas interpretações dos dados sensíveis, devidas ao intelecto. Pelo contrário, no campo intelectual, poucos são os nossos conhecimentos evidentes. São certamente evidentes os princípios primeiros (identidade, contradição, etc.). Os conhecimentos não evidentes são reconduzidos à evidência mediante a demonstração, como já dissemos. É neste processo demonstrativo que se pode insinuar o erro, consistindo em uma falsa passagem na demonstração, e levando, destarte, à discrepância entre o intelecto e as coisas.

A demonstração é um processo dedutivo, isto é, uma passagem necessária do universal para o particular. No entanto, os universais, os conceitos, as ideias, não são inatas na mente humana, como pretendia o agostinianismo, e nem sequer são inatas suas relações lógicas, mas se tiram fundamentalmente da experiência, mediante a indução, que colhe a essência das coisas. A ciência tem como objeto esta essência das coisas, universal e necessária.

* * *

Tomás de Aquino

Quer conhecer um pouco mais da filosofia proposta por Tomás de Aquino?
<http://www.hottopos.com/mp3/sentom.htm>

Se desejar entrar em contato com a temática da idade média pode acessar
<http://www.hottopos.com/spcol/medieval.htm>

Observando com atenção as contribuições de Tomás e Agostinho percebemos uma

mudança significativa no fazer filosofia. A contaminação com os elementos teológicos parece, a primeira vista, apontar para uma descaracterização da própria filosofia. A tensão entre fé e razão surge como um fio condutor que orienta a escolha dos objetos e da metodologia a ser adotada. A ética deste período pode ser representada no quadro abaixo e, mais uma vez, percebemos que o contexto tem uma influência direta na organização e produção do conhecimento.

Ética Patrística e Medieval		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
<p>Ética Cristã: Sto Agostinho (354-430), e Santo Tomás de Aquino (1226-1274)</p>	<p>Sociedade escravista substituída pela sociedade da servidão (relações feudais); Poder religioso confunde-se com o poder laico; Pontos principais: Deus criador, homem criatura e verdades reveladas; Deus assume o papel principal na vida humana; Igreja como interlocutora da vontade de Deus.</p>	<p>Compromisso do homem é com Deus e não com os outros homens; Realização integral do homem ocorrerá em outra vida; Virtudes como meios para atingir a plenitude do homem; Submissão a estrutura social opressora (desigualdade material) com compensação na vida eterna (igualdade espiritual); Felicidade alcançada apenas na vida eterna (Sto Agostinho) e Deus como fim traz a felicidade (Sto Tomás).</p>

Tabela 4: Ética patrística e medieval

Concluindo...

Assumindo o lugar da polis grega a religião cristã assume o papel de ditar os novos padrões de comportamento aceitáveis para o mundo medieval. A fragmentação e ausência de uma vida social ativa contribuíram para a formação de uma moral verticalizada cujo fundamento encontrava-se em outro mundo e desprovido de um caráter social. A igreja assume o papel de legisladora ética, papel este que antes coubera a filosofia.

6. O renascimento e o início da modernidade

O período que compreende a modernidade – dos Séc. XV até a primeira metade do Séc. XIX, coloca as bases sobre as quais a ciência e o estado modernos vão se assentar. Neste período temos um momento muito peculiar que é o Renascimento e do qual nos ocuparemos aqui. Pelo fato de apresentar uma série de características comuns, pode ser tratado como algo relativamente homogêneo. Como as etapas são engendradas umas dentro das outras e seus territórios são limítrofes, trataremos de todo o período como um grande bloco, mesmo com a dificuldade de estabelecermos um recorte na linha do tempo. Mas devemos ter em mente suas nuances próprias.

De uma maneira geral o panorama histórico deste período experimentou uma infinidade de descobertas e experimentações. As grandes descobertas marítimas ampliaram o mundo conhecido tanto geograficamente como culturalmente. Estas experiências serão muito promissoras e abalarão, definitivamente, o mundo religioso construído pela igreja. Mais que isso, as duras críticas à igreja romana desembocaram no movimento da Reforma que teve como resposta da igreja a Contra-Reforma. A participação da Inquisição como exercício truculento da força e intimidação por parte da Igreja não foi suficiente para conter as mudanças em curso. O surgimento da imprensa também oferecerá condições privilegiadas para a divulgação de novas ideias que abalarão o mundo na forma com que era conhecido até então.

Este período de transição entre o medieval e o moderno foi de grande profusão de ideias. Ele possui traços que ainda são característicos do período medieval, como possui traços que nitidamente apontam para uma ruptura com aquele modelo. Claro que muito do que foi produzido aqui já vinha sendo gestado no modelo anterior, mas tomaremos como marco o Séc. XV.

O pensamento do renascimento pode ser compreendido, conforme Chauí (2000), da seguinte forma:

É marcada pela descoberta de obras de Platão desconhecidas na Idade Média, de novas obras de Aristóteles, bem como pela recuperação das obras dos grandes autores e artistas gregos e romanos.

São três as grandes linhas de pensamento que predominavam na Renascença:

1. Aquela proveniente de Platão, do neoplatonismo e da descoberta dos livros do Hermetismo; nela se destacava a ideia da Natureza como um grande ser vivo; o homem faz parte da Natureza como um microcosmo (como espelho do Universo inteiro) e pode agir sobre ela através da magia natural, da alquimia e da astrologia, pois o mundo é constituído por vínculos e ligações secretas (a simpatia) entre as coisas; o homem pode, também, conhecer esses vínculos e criar outros, como um

deus.

2. Aquela originária dos pensadores florentinos, que valorizava a vida ativa, isto é, a política, e defendia os ideais republicanos das cidades italianas contra o Império Romano-Germânico, isto é, contra o poderio dos papas e dos imperadores. Na defesa do ideal republicano, os escritores resgataram autores políticos da Antiguidade, historiadores e juristas, e propuseram a “imitação dos antigos” ou o renascimento da liberdade política, anterior ao surgimento do império eclesiástico.

3. Aquela que propunha o ideal do homem como artífice de seu próprio destino, tanto através dos conhecimentos (astrologia, magia, alquimia), quanto através da política (o ideal republicano), das técnicas (medicina, arquitetura, engenharia, navegação) e das artes (pintura, escultura, literatura, teatro).

Os nomes mais importantes desse período são: Dante, Marcílio Ficino, Giordano Bruno, Campanella, Maquiavel, Montaigne, Erasmo, Tomás Morus, Jean Bodin, Kepler e Nicolau de Cusa (CHAUÍ, 2000).

Inicialmente podemos dizer que a grande característica deste período foi o antropocentrismo levado às últimas consequências. A preocupação com o homem é tema constante deste período e percebemos aqui um afastamento significativo das preocupações teológicas que ocuparam o momento anterior. O objeto privilegiado é o homem, compreendido em suas múltiplas dimensões: estética, política, social, intelectual e cultural, além dos espaços de aplicação prática destes conhecimentos. O mundo do divino não é mais alvo de preocupação e o narcisismo deste período é inegável.

O homem renascentista se vê nas artes e se cria através delas. Se projeta a partir de uma imagem que lhe convém e coloca em xeque o mundo religioso a sua volta. A arte assume então um papel muito importante, pois abre espaço para a transcendência do humano. Toda uma criatividade até então reprimida – formatada pelo religioso e vigiada por ele – vem a tona veiculando valores que afrontavam a ordem vigente.

No plano ético e político as mudanças são bastante acentuadas. Maquiavel abala definitivamente os postulados da vinculação estreita entre a ética individual e a ética política. Sua obra *O Príncipe* propõe um pragmatismo sem limites para o governante, de forma a garantir a manutenção e ampliação dos espaços do Estado. A cruza (no sentido de natural) com que propõe as ações para o príncipe chocam a ordem vigente. A busca de uma natureza seja do homem ou seja do Estado em Hobbes também é significativa, pois demonstra um deslocamento do espaço habitual de onde provinham todos os fundamentos.

E, como se não bastasse, temos os grandes avanços da astrologia e física modernas que deslocaram a terra do centro do universo. As ciências começam a constituir um método seguro que parte da experiência, da observação e prescindem da metafísica para a construção do pensamento. Esta mudança epistemológica rompe o paradigma da autoridade¹⁴ e devolve ao homem a autonomia do processo de conhecimento. A

14 O princípio de autoridade era o critério básico de aceitação de uma proposição ou argumentação.

metafísica perde sua credibilidade e a crença na razão e experiência são amplificadas. Assim, as bases da modernidade estão colocadas. Os próximos trezentos anos perseguirão incansavelmente os ideais aqui presentes.

Texto 6 - O Humanismo

Este texto apresenta um panorama acerca do Renascimento. Retoma alguns conceitos já mencionados anteriormente e salienta outros. Foi extraído de *Enciclopédia de Filosofia* – Disponível em: <http://encfil.goldeye.info/>

Como primeira tentativa coerente de elaborar uma concepção do mundo cujo centro fosse o próprio homem, pode-se considerar o humanismo a origem de todo o pensamento moderno.

Conhece-se por humanismo o movimento intelectual que germinou durante o século XIV, no final da Idade Média, e alcançou plena maturidade no Renascimento, orientado no sentido de reviver os modelos artísticos da antiguidade clássica, tidos como exemplos de afirmação da independência do espírito humano.

Nos últimos séculos da Idade Média, sobretudo nas cidades da Itália, ocorrera um notável crescimento da burguesia urbana. Os nobres e burgueses enriquecidos adquiriram condições de dar à cultura um apoio antes exclusivo da igreja e dos grandes soberanos. A necessidade de conhecimentos que habilitassem os burgueses a gerir e multiplicar suas fortunas também os impelia na direção da cultura. Juntaram-se portanto duas linhas com um mesmo fim: maior valorização da cultura e necessidade de uma educação mais prática do que a teologia medieval podia oferecer.

Retornou-se assim à fonte do saber, a antiguidade greco-romana, despojada dos acréscimos teológicos medievais, e adaptaram-se seus ensinamentos à nova época. O programa de estudos, orientado para facilitar conhecimentos profissionais e atitudes mundanas, compreendia a leitura de autores antigos e o estudo da gramática, da retórica, da história e da filosofia moral. A partir do século XV deu-se a esses cursos o nome de *studia humanitatis* ou "humanidades", e os que os ministravam ficaram conhecidos como humanistas. No Renascimento, o humanismo representou também uma ideologia que, sem deixar de aceitar a existência de Deus, partilhava muitas das atitudes intelectuais e existenciais do mundo antigo, integradas com as contínuas descobertas sobre a natureza e as novas condições de vida geradas pelo auge do comércio e da burguesia mercantil. Os mestres deram as costas à idealização medieval da pobreza, do celibato e da solidão, e em seu lugar destacaram a vida familiar e o uso judicioso da riqueza.

Gênese do humanismo italiano. Enquanto reflexão sobre o homem, o humanismo sempre existiu. Como movimento cultural coerente e programático, ocorreu num lugar e numa

Fundamentava-se na revelação divina, doutrina da igreja e textos bíblicos.

época histórica determinados: as cidades-estado italianas do século XV, de onde logo se estenderia por toda a Europa. Esse movimento, iniciado já no século XIV por autores como Petrarca e Boccaccio, defendia a capacidade do homem de pensar por si mesmo, sem entraves nem tutelas, e admitir diferentes soluções para qualquer problema, entre eles os filosóficos, ainda quando tivessem caráter "pagão". Assim, frente ao pensamento teocêntrico medieval, a religiosidade humanista quis chegar a Deus por meio do exercício da razão.

Produziu-se, além disso, uma inversão de valores fundamental, que logo seria denominada "giro copernicano", em alusão ao sistema heliocêntrico desenvolvido por Nicolau Copérnico. Inicialmente era o celeste que dava sentido ao terrestre; para os humanistas, ao contrário, seria o terrestre que daria sentido -- um sentido novo e reprovável, na visão da ortodoxia oficial -- ao celeste. Na Terra seria o homem, destronado do centro do universo junto com seu planeta, que mediria o celeste; e o faria segundo sua própria proporção. Isso ficou muito patente na arte renascentista (Leone Battista Alberti, Leonardo da Vinci). O corpo humano passou a ser a unidade com que se comparavam as coisas naturais, e assim se tornou certa a máxima do sofista grego Protágoras: "O homem é a medida de todas as coisas."

O humanismo atacou vigorosamente a divisão aristotélica estática entre mundo lunar e mundo sublunar, que subordinava o homem. Aristóteles, pelo menos na interpretação que dele fizera a escolástica medieval, foi o grande perdedor na renovação clássica realizada pelo humanismo, já que surgiram escolas neo-aristotélicas que tentaram re-elaborar seu pensamento. Galileu, uma das grandes figuras do Renascimento, deu combate sem trégua a Aristóteles por sua ignorância em matemática e sua incapacidade para compreendê-la. Em oposição a ele glorificou-se Platão, que em seu sistema idealista dera à matemática um lugar destacado, e exaltou-se a concepção neoplatônica do universo como um todo harmônico em que o homem constitui o traço de união entre Deus e o mundo sensível. Não só renascia a filosofia de Platão, mas toda a física -- Demócrito, Epicuro, Lucrécio -- que os intérpretes de Aristóteles haviam considerado ultrapassada. A revalorização desses filósofos contribuiu para evidenciar que a teoria de Aristóteles não constituía a única hipótese da realidade e que seus livros não eram "a física", mas uma física entre outras. A discussão científica pôde prosseguir, não nos limites da obra aristotélica, mas à margem dela. E nesse sentido, a tarefa dos humanistas revelou-se decisiva.

A ruptura com o mito de um livro humano depositário privilegiado da "verdade" deu também lugar ao desenvolvimento das disciplinas que se ocupavam do Homo faber, construtor de seu mundo e de sua felicidade, que encarava a ética como norma para construir a si mesmo, a economia como instrumento para administrar seus bens e a política como a arte de gerir sua cidade-estado. Esse novo enfoque reativou a discussão sobre as artes e as técnicas. Vivendo entre pintores, arquitetos e engenheiros, os

pensadores humanistas abriram caminho para uma revisão fundamental das relações entre o plano prático e o teórico.

Chegou-se, em suma, a uma concepção integradora do saber humano, que espelhava a harmonia do mundo. Assim, Leonardo da Vinci, que afirmou que "nenhuma pesquisa humana pode denominar-se ciência verdadeira se não passa pelas demonstrações matemáticas", não hesitou em considerar que a pintura era "ciência e filha legítima da natureza, porque esta natureza a gerara". A exaltação do homem foi característica comum a todos os humanistas italianos. Para Marsilio Ficino, o homem era vicário de Deus, imagem de Deus, nascida para reger o mundo, e podia pretender todas as coisas. Pico della Mirandola, com expressão dramática, pôs na boca de Deus a seguinte impreciação: "Tu, que não estás sujeito a nenhum limite, determinarás por ti mesmo tua própria natureza, segundo tua livre vontade." (EF, sobre Renascimento)

* * *

6.1 Nicolau Maquiavel

Seguindo o espírito de seu tempo Maquiavel deseja estudar as organizações sociais a partir de um enfoque específico. Diferentemente dos que lhe antecederam nos estudos políticos que o fizeram mediante teorias especulativas, Maquiavel faz opção pelo uso da experiência como critério de verdade. Mais que a simples experiência, ele faz uso da experiência conjugada à comparação. Isso faz uma enorme diferença pois, o seu objeto de estudo torna-se a própria realidade em questão. *A República* de Platão ou a *Cidade dos Homens* de Agostinho são construções mentais que não representam, de maneira fidedigna, o objeto a ser abordado.

O maior interesse de Maquiavel é o estudo acerca do poder presente na formalização e estabelecimento dos Estados modernos. Dito de outra forma, o seu problema de pesquisa é compreender as razões que levam as organizações políticas a se formarem, desenvolverem e decaírem. Para tanto precisamos apontar duas concepções que fundam sua investigação: sua filosofia da história e sua psicologia humana.

Carvalho (1986) aponta alguns aspectos interessantes da perspectiva de Maquiavel na obra *O pensamento vivo de Maquiavel*. No que tange à sua filosofia de história, diverge da ideia de um desígnio divino capaz de governar os homens. Ao contrário da filosofia cristã, não entende que

o desenrolar dos fatos humanos no tempo cumpre desígnios divinos, dirigindo-se linearmente para o juízo final, mas como constituído por ciclos, que se renovam em movimentos de revolução em torno de si mesmos (CARVALHO, 1986).

Compreender a ocorrência dos fenômenos históricos pode, então, oferecer a chave para o tratamento dos problemas que ocorrerão da mesma forma no futuro. No prisma psicológico ele apresenta a crueza do humano e do fazer política ao afirmar que

os homens são todos egoístas e ambiciosos, só recuando da prática do mal quando coagidos pela força da lei. Os desejos e as paixões seriam os mesmos em todas as cidades e em todos os povos. [...] a psicologia desenvolvida em torno do poder fundamenta o conhecimento secular e autônomo do político e o separa radicalmente da ética e do direito (CARVALHO, 1986).

e por isto mesmo, conclui mais à frente:

quem observa com diligência os fatos do passado pode prever o futuro em qualquer república e usar os remédios aplicados desde a Antiguidade ou, na ausência deles, imaginar novos, de acordo com a semelhança de circunstâncias entre o passado e o presente (CARVALHO, 1986).

Dentro desta ótica o ciclo que retorna sempre está superado pois, cada governante possui autonomia para intervir na realidade. As possibilidades que se abrem são ilimitadas embora, todas circunscrevem ao universo das possibilidades reais.

É oportuno, neste momento, trazermos para nossa reflexão dois conceitos importantes para o pensamento maquiavélico: *virtú* e *fortuna*. Grosso modo, em uma primeira aproximação, poderíamos dizer que a *fortuna* seria algo como a ocasião, as contingências (não confundir com a posse de bens ou riquezas); ao passo que a *virtu* representaria a ação intencional e deliberada do governante, sua virtude (não confundir com a virtude moral medieval). Maquiavel vai sempre tratar destes dois conceitos de forma interdependente. O sucesso de um governante está no uso acertado da virtude em uma determinada circunstância oferecida pela fortuna.

A *fortuna* proporciona chaves para o êxito da ação política e constitui a metade da vida que não pode ser governada pelo indivíduo. Ela proporciona a ocasião aproveitada pela *virtú* do governante. Em outros termos, o homem de *virtú* é aquele que sabe o momento exato criado pela *fortuna*, no qual a ação poderá funcionar com êxito. O estadista sábio e prudente busca na história uma situação semelhante e exemplar, da qual saberia extrair o conhecimento dos meios para a ação e a previsão dos efeitos. Para ser eficaz, a iniciativa política deve ajustar-se às circunstâncias.(CARVALHO, 1986).

Esta é a chave para que os governos sejam bem sucedidos. Não basta apenas o conhecimento racional, abstrato. Há que estar sempre em sintonia com a realidade percebendo as suas fissuras e oportunidades para que as ações possam ser bem sucedidas. Aqui vemos a atualidade de seu pensamento pois, que estadista hoje em dia, não está sempre lendo os cenários a fim de tirar o maior proveito das situações?

Ainda sobre isto nos diz Carvalho (1986)

O carisma da *virtú* é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, apreende-lhe o sentido e se capacita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias. No uso do instrumental dos mecanismos de poder, a neutralidade moral decorreria da adequação do agir à realidade. O homem político deve estar sempre atento aos sinais da fortuna, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu comportamento.

Esta tese de Maquiavel exige completa independência da política e autonomia para os governantes. O fato dele ser considerado o instaurador da política moderna deve-se, justamente, à independência que reclamou para o fazer política. Este, dessacralizado, independente de qualquer limitação ou coação de ordem religiosa, aponta para um horizonte ilimitado. O antropocentrismo está definitivamente colocado como paradigma capaz de nortear a ação humana.

As máximas “o fim justifica os meios” ou “a força é justa quando necessária” ou ainda, “quem quiser fazer profissão de bondade não pode evitar sua ruína entre tantos que são maus” devem ser compreendidas a partir deste enfoque. Se precisássemos traduzir estas máximas, com certeza poderíamos dizer: “o conjunto de nossas ações é designada em termos dos fins que procuramos atingir” ou “as contingências exigem medidas desagradáveis mas, obrigatórias” ou ainda, “em meio a tantos homens maus a bondade não pode triunfar”.

Uma última ressalva pode ser feita com relação à nova proposta ética que vai sendo maturada em meio ao final do período medieval e início da modernidade. Poderíamos apontar a nova ética conforme o quadro abaixo:

Ética pré-moderna		
Pensador/Sistema	Contexto/Princípio Teórico	Ética Proposta
Renascentistas	Substituição do mundo teocêntrico pelo antropocentrismo; Resgate aos valores e ideais clássicos e decadência do poder eclesiástico; Novo ator social que é a burguesia; Ciência conflita com a Igreja e propõe nova ordem sócio-política baseada na autonomia dos estados nacionais.	Antropocentrismo como fundamento das escolhas individuais e sociais; Escolhas humanas ilimitadas, circunscritas dentro do universo de suas necessidades.

Tabela 5: Ética renascentista

Interessante ressaltar o fato de que a ética de caráter antropológico encetada no renascimento vai ser evidenciada de forma mais aguda nos períodos subsequentes. Se pensarmos em termos de projeto burguês, não por acaso, esta presta-se aos seus projetos e avalia o embate contra a perspectiva teológica que já estava em franca decadência.

Da mesma forma, o modelo de conhecimento vai privilegiar o papel do sujeito individual (seja mediante a razão para os racionalistas, seja mediante a experiência particular e impar para os empiristas). O mundo está todo aberto e será construído pelo sujeito individual. Tal perspectiva atingirá seu auge com o movimento iluminista dos séc. XVIII e XIX sendo superado apenas na contemporaneidade.

7. Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana*. 12ª ed. Petrópolis, RJ: 1997.
- CARVALHO, Luiz Fernando Medeiros de. *Cenas derridianas*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite a filosofia*. SP: Ed. Ática, 2000. Disponível em: <<http://www.pfilosofia.xpg.com.br/>> Acesso em: 15.dez.2007.
- Cultural, 1987.
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. *A escritura e a diferença*. Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-253.
- DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou: (A seguir)*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Unesp, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Col. Debates)
- DERRIDA, Jacques. Edmund Jabès e a questão do livro. In: _____. *A escritura e a diferença*. trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 53-72.
- DERRIDA, Jacques. Força e significação. In: _____. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 11-52.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DRAAISMA, Douwe. *Metáforas da memória: uma história das idéias sobre a mente*. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2005.
- ENCICLOPÉDIA DE FILOSOFIA. Disponível em: <<http://encfil.goldeye.info/>> Acesso: 12.dez.2007.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais; Edmundo Cordeiro. 4. ed. Portugal: Veja/Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Sírio Possenti. Campinas: Iel-Unicamp, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Prefácio. In: _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. CD-ROM.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2a ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999. Col. Estudos.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GLOCK, RS, GOLDIM JR. *Ética profissional é compromisso social*. Mundo Jovem (PUCRS, Porto Alegre) 2003;XLI(335):2-3.
- HAMLYN, D. W. *Uma História da Filosofia Ocidental*. Trad. Ruy Jungmann. Jorge Zahar Editor. Disponível em: <http://asmayr.pro.br/livros/uma_historia_da_filosofia_ocidental.exe> Acesso em: 15.dez.2007.
- LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de Psicanálise / Laplanche e Pontalis; Daniel Lagache (org), trad. Prado Tamen*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MARX, Karl. Teses contra Feurbach in *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MAYR, Arnaldo Henrique. *Escrever-se para superar a morte: Jean-Paul Sartre e liberdade n'As palavras*. Três Corações: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2007.
- MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Paulus, 1980.
- PAROT, Françoise e DORON, Roland. *Dicionário de psicologia*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- PLATÃO. Livro X. In: PLATÃO. *A República*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. Cap. 10, p. 451-500.
- PRIBERAN. DICIONÁRIO de Português. Portugal: Priberan, s.d.. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaios de uma ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VASQUEZ, Adolpho Sanchez. *Ética*. 22ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2002.

8. Anexos

8.1 Linha do tempo: Período, Temas e Pensadores

A tabela abaixo apresenta uma síntese da história da filosofia. Muitos pensadores não foram contemplados aqui. Com certeza, outros escolheriam pensadores que não foram relacionados e deixariam de elencar alguns aqui presentes. Mas este é sempre um problema quando lidamos com compilações. De qualquer forma, serve para situar os pensadores numa escala de tempo.

Período	Temas	Escola / Pensadores
Cosmológico ou Pré-socrático Séc. VII – V a.C.	<input checked="" type="checkbox"/> Busca do “primeiro princípio” <input checked="" type="checkbox"/> Primeiros temas em filosofia	<input checked="" type="checkbox"/> Jônicos: Tales de Mileto, Anaximandro e Anaxímenes. <input checked="" type="checkbox"/> Pitagóricos: Pitágoras. <input checked="" type="checkbox"/> Eleatas: Xenófanes e Parmênides. <input checked="" type="checkbox"/> Heráclito, Empédocles e Demócrito
Antropológico ou Clássico Séc. V – IV a.C.	<input checked="" type="checkbox"/> Busca da verdade e ação pragmática <input checked="" type="checkbox"/> Formulação dos grandes sistemas filosóficos	<input checked="" type="checkbox"/> Os Sofistas: Protágoras e Gorgias. <input checked="" type="checkbox"/> Sócrates <input checked="" type="checkbox"/> Platão <input checked="" type="checkbox"/> Aristóteles
Ético-racional Séc. IV a.C.– I d.C.	<input checked="" type="checkbox"/> Busca de princípios racionais que fundamentem as ações éticas	<input checked="" type="checkbox"/> Epicurismo: Epicuro <input checked="" type="checkbox"/> Estoicismo: Zenão de Cício, Marco Aurélio, Sêneca e Lucano.
Ético-religioso Séc. II - III	<input checked="" type="checkbox"/> Busca de princípios religiosos que fundamentem as ações éticas	<input checked="" type="checkbox"/> Neoplatonismo: Plotino <input checked="" type="checkbox"/> Os Pensadores de Alexandria: Fílon, Clemente e Orígenes
Patrística Séc. IV - IX	<input checked="" type="checkbox"/> Síntese entre Teologia cristã e Filosofia grega	<input checked="" type="checkbox"/> Agostinho de Hipona, Tito Flávio e Boécio
Escolástica Séc. IX - XIV	<input checked="" type="checkbox"/> Busca equacionar Fé e Razão	<input checked="" type="checkbox"/> Padres: Tomas de Aquino e Alberto <input checked="" type="checkbox"/> Árabes: Avicena e Averróis <input checked="" type="checkbox"/> Roger Bacon, Duns Scotus, Abelardo e Guilherme de Ockham
Renascimento	<input checked="" type="checkbox"/> Antropocentrismo	<input checked="" type="checkbox"/> Renascentistas: Nicolau de Cusa,

Séc. XIV - XVI	e releitura dos clássicos	Bernardino Telésio, Giordano Bruno , Montaigne, Thomas Morus e Maquiavel <input checked="" type="checkbox"/> Protestantes: Martinho Lutero e Calvino <input checked="" type="checkbox"/> A Contra Reforma: Tomás Campanella <input checked="" type="checkbox"/> Novos cientistas: F. Bacon e Galileu
Racionalismo e Empirismo Séc. XV - XVIII	<input checked="" type="checkbox"/> Gênese e consolidação da ciência moderna	<input checked="" type="checkbox"/> Racionalistas: R. Descartes, Spinoza, Malebranche, Leibniz e Pascal <input checked="" type="checkbox"/> Empiristas: Tomas Hobbes, J. Locke, J. Berkeley e D. Hume

Período	Temas	Escola / Pensadores
Iluminismo Séc. XVIII	<input checked="" type="checkbox"/> Consolidação do projeto burguês	<input checked="" type="checkbox"/> O Iluminismo Francês: Montesquieu, Voltaire, Diderot, D' Alambet, Condillac, Rousseau <input checked="" type="checkbox"/> O Iluminismo Inglês: Newton, Boyle <input checked="" type="checkbox"/> O Iluminismo Alemão: Wolff, Lessing
Revoluções Burguesa e Revolução Industrial Séc. XIX	<input checked="" type="checkbox"/> Busca de uma razão de caráter universal <input checked="" type="checkbox"/> Consolidação de um modelo de ciência <input checked="" type="checkbox"/> Crítica ao idealismo e projeto burguês	<input checked="" type="checkbox"/> O Idealismo Alemão: Fichte, Schelling, Hegel, A Esquerda Hegeliana, e Os socialistas utópicos <input checked="" type="checkbox"/> Materialismo Dialético: Feuerbch, Engels e Karl Marx. <input checked="" type="checkbox"/> Os Alemães: Schopenhauer, Hartmann, Nietzsche <input checked="" type="checkbox"/> Os Positivistas: Saunt-Simon e Augusto Comte (Fr); Charles Darwin, Herbert Spencer e Stuart Mill (In); Richard Avenarius e Ernst Mach (Al); Carlo Cattaneo e Roberto Ardigò (It)
Contemporâneo e Pós-Moderno Séc. XX	<input checked="" type="checkbox"/> Os problemas da existência <input checked="" type="checkbox"/> Os limites da ciência <input checked="" type="checkbox"/> O pragmatismo como paradigma <input checked="" type="checkbox"/> A ética da alteridade <input checked="" type="checkbox"/> A exploração do inconsciente <input checked="" type="checkbox"/> A crítica à	<input checked="" type="checkbox"/> Fenomenologia: Edmund Husserl e Heidegger <input checked="" type="checkbox"/> Os Existencialistas: Kierkeggard, Kafka, K. Jaspers, Gabriel Marcel, J-P. Sartre e Simone Beauvoir <input checked="" type="checkbox"/> O Espiritualismo: Henri Bér gson, Blondel, J. Maritain <input checked="" type="checkbox"/> O Estruturalismo: Lévi-Strauss e Michel Foucault. <input checked="" type="checkbox"/> Escola de Frankfurt: Gramsci, Marcuse, Horkheimer, Adorno, Garandy e Habbermas

	contemporaneidade	<ul style="list-style-type: none">☑ A Filosofia da Ciência: Bertrand Russell, Karl Popper e Thomas Kuhn☑ A Filosofia da Linguagem: Rudolf Carnap, L. Wittgenstein, e o Círculo de Viena.☑ Os Pragmáticos: John Dewey, Peirce, William James, John Watson, Skinner☑ Os psicanalistas: Freud, Lacan e Jung☑ Ética da alteridade: Emanuel Levinas, Martin Buber e Enrique Dussel☑ Os pós modernos: Gilles Deleuze, Felix Guattari, Jacques Derrida, Baudrillard e Bordieu
--	-------------------	---